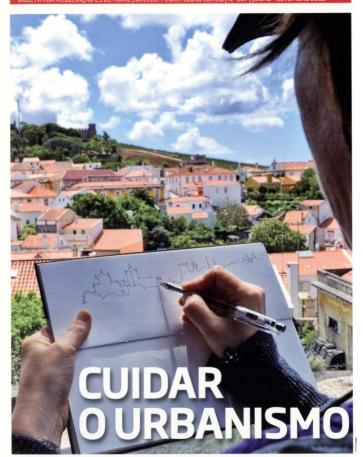
EREFERENCIAL

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO 25 DE ARRIL I Director: Pedro Pezarat Correia I Nº 107 I II II HO - SETEMBRO 2012





N

O ÚLTIMO NÚMERO DE O REFERENCIAL demos conta, através de uma nota discreta, de alguma frustração com a nossa primeira reunião do recém-constituído Conselho Editorial. Na segunda reunião, em que nos propusemos corrigir alguns erros de convocação que intei-

ramente assumimos, vimos compensados os

nossos esforços com um número de presenças muito mais significativo e uma animada participação. Não houve um pleno e temos consciência que, num órgão desta natureza e composto de personalidades com uma vida activa e diversificada, dificilmente conseguiremos um pleno de presenças. Sentimo-nos confortados, com um quórum superior a cinquenta por cento, como o que registámos.

Damos aos nossos leitores, com relativo pormenor, conta do que se passou nessa reunião. Para que partilhem as nossas preocupações, para que conheçam as iniciativas que nos propomos promover, para que sensibilizados para o nosso projecto se mobilizem para colaborarem connosco.

Damos também relevo, nesta edição, a duas matérias que estão intimamente relacionadas: a inauguração do monumento ao 25 de Abril em Almeida e a evocação do nosso camarada e sócio fundador Augusto Monteiro Valente.

O general Monteiro Valente foi um daqueles homens a quem é justo chamar de genuíno capitão de Abril. Não aper nas porque era, de facto, capitão em 25 de Abril de 1974 e como tal participou activa e destacadamente na preparação e execução do golpe de estado militar que derrubaria a ditadura. Mas acima de tudo porque, no culminar da sua carreira e ao contrário de alguns outros não foram as estrelas de general que neutralizaram a sua dedicação abrilista ou o fizeram moldar-se às conveniências. Monteiro Valente pautou sempre a sua conduta como militar e oficial, independentemente do posto hierárquico e das responsabilidades funcionais, pelos parâmetros cívicos que considerava inerentes à condição de militar. Idealista, corajoso, determinado, honesto, inconformado, politicamente consciente, ávido de uma cultura humanista, militarmente muito competente, foi uma personalidade inteiramente identificada com os valores e comportamentos que configuram o paradigma do capitão de Abril. A sua figura e o seu papel na Revolução dos Cravos e no Portugal de Abril são, nas páginas que se seguem, testemunhadas por quem muito bem o conheceu.

Deixa-nos ainda o seu empenhamento pessoal, como presidente da Delegação do Centro da A25A, num livro colectivo em que pretendeu reunir depoimentos inéditos de companheiros de Abril. Não assistirá à sua concretização mas o livro será, de facto obra sua e como tal não poderá deixar de ficar postumamente registado.

Monteiro Valente era um cidadão muito ligado à região da Guarda, de onde era natural. E foi no Batalhão de Caçadores daquela cidade, para o qual fora transferido poucos dias antes, por causa das movimentações dos capitães que, sozinho, assumiu em 25 de Abril de 1974 o controlo da unidade, dominando o respectivo comandante que se recusava a colaborar. Tendo-se licenciado em história vinha dedicando a sua investigação e divulgação à praça-museu de Almeida e o monumento agora ali inaugurado e de que damos notícia, é também, em grande parte, resultado deste seu empenhamento.

O Referencial junta-se, assim, à homenagem a um camarada muito querido que nos deixou prematura e inopinadamente e que frequentemente colaborou nas suas páginas.



Pedro de Pezarat Correia

sumário







CONSELHO EDITORIAL	14
MONUMENTO EM ALMEIDA EVOCA O 25 DE ABRIL	18
NAQUELE TEMPO	22
O FALHANÇO DE UMA IDEOLOGIA	24
MILITARES E POLÍTICA	26
ECONOMIA COMUNITÁRIA E SOLIDÁRIA	28
ACABAR COM A PARANOIA QUE NOS METERAM NA CABEÇA	30
UTOPIA, PRECISA-SE!	34
CRÍTICA COM SINCERIDADE A UM SINCERO AMIGO	38
OS DIAS SEGUINTES	42
AUGUSTO JOSÉ MONTEIRO VALENTE	46
VAMOS APRENDER BRIDGE!	51

FORUM CIDADANIA PELO ESTADO SOCIAL

6

@REFERENCIAL

Propriedade da Associação 25 de Abril Pessoa colectiva de utilidade pública (Declaração nº. 104/2002, DR II Série, n.º 9 de 18 de Abril) Membro Honorário da Ordem da Liberdade

Presidente da Direcção:

Vasco Lourenço

Pedro de Pezarat Correia

Conselho Editorial: Conselho Editorial:
Alfredo Bruto da Costa, Amadeu Garcia
dos Santos, André Freire, António Morais
Gomes, João Bosco Mota Amaral, João Ferreira
do Amaral, João Ferreira
do Amaral, João Ferreira
do Amaral, João Furiado Somenho-Marques,
Manuel Martins Guerreiro, Maria José Casa-Nova,
Maria José Morgado, Maria Manuela Cruzelrio,

Editor:

José António Santos

Fotografia:

Nuno Augusto Agência Lusa

Colaboradores:

Artur Custódio da Silva, David Martelo, Fernando Vaza Pinheiro, João Magalhães, José Barbosa Pereira, José Fontão, Luís Galvão (Bridge), Luís Vicente da Silva (Cartoon), Manuel Loff, Maria Manuela Cruzeiro, Nuno Fisher Lopes Pires, Nuno Santa Clara Gomes

Sede nacional, Administração e Redacção

Rua da Misericórdia, 95 1200-271 LISBOA Telefone: 213 241 420 Endereço electrónico: a25a.sec@25abril.org www.25abril.org www.querracolonial.org

Delegação do Norte

Escadas do Barredo, 120, r/c, esq. 4050-092 PORTO Telefone/fax: 222 031 197 Endereco electrónico: a25a.del-norte@25abril.org

Delegação do Centro Apartado 3041

3001-401 COIMBRA Endereco electrónico: a25a.del-centro@25abril.org

Delegação do Alentejo

Bairro da Esperança Edifício 2 - Bloco 3, loja r/c 7560-145 GRÂNDOLA Endereco electrónico a25a.del-alentejo@25abril.org

Delegação do Canadá Associação Cultural 25 de Abril (Toronto) 1117 Queen Street West Toronto - Ontario M6/3P4 Canadá

Edição gráfica

JM Design & Edições www.im-designedicoes.com Av. Infante Santo, 23-5°C 1350 - 179 Lisboa

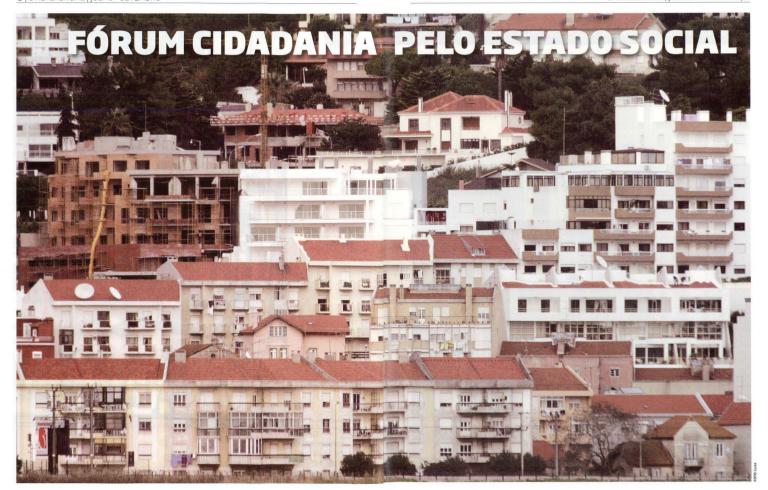
ACD Artes Gráficas-António Coelho Dias, S. Rua Marquesa de Alorna, 12-A BONS DIAS 2620 - 271 RAMADA geral@antoniocoelhodias.pt

www.antoniocoelhodias.pt Tiragem: 3.100 exempl

Distribuição gratuita Depósito legal n.º 32 998/89



Cartaz comemorativo do 25 de Abril de 1974 de Helena Vieira



FÓRUM CIDADANIA PELO ESTADO SOCIAL

o equilíbrio entre vários direitos İ fundamental garantir





O Fórum Cidadania pelo Estado Social, organizado pela A25A em conjunto com os seguintes institutos universitários: Centro de Investigação de Ciências Sociais (CICS) da Universidade do Minho, Instituto de Geografia e Ordenamento do Temtión (IGOT) da Universidade de Lisboa e SOCIUS — Centro de Investigação em Sociología Económica e das Organizações da Universidade Técnica de Lisboa, terá a sua reunião magna no dia 10 de Novembro, na Fundação Calouste Gulbenkian.

Antecedendo esta conferência realizaram-se já dois seminários preparatórios em Lisboa e em Coimbra, respectivamente nos dias 22 e 29 de Setembro, que se ocuparam em reflectir o Estado Social: este pais não é para pessoas? Habitação, urbanismo e Estado Social. Iram realizar-se ainda mais dois seminários, um em Braga sobre a Defesa da Educação Pública, outro em Lisboa sobre o Serviço Nacional de Saúde.

Este seminário preparatório da iniciativa, mais ampla, 'Fórum Cidadania pelo Estado Social', foi estruturado em quatro blocos de apresentações e debates, no día 22 de Setembro, em Lisboa, como o alinhamento sequinte:

Bloco 1 – Urbanismo, Habitação e Estado Social: um enquadramento das dinâmicas, dos processos de transformação, dos desafios e das linhas de resposta por Teresa Barata Salgueiro (IGOT-UL), José Romano (A25A) e André Carmo (IGOT-UL).

Bloco 2 – Habitação e Estado Social em Portugal: desafios e estratégias de intervenção por Nuno Serra (CES-UC), Helena Roseta (CM-Lisboa) e Rita Silva (Colectivo Habita).

Bloco 3 – Políticas Urbanísticas, Gestão de Interesses, Urbanismo e Estado Social em Portugal por Pedro Bingre (I.P. Coimbra) e Paulo Morais (TIAC – Transparência e Integridade, Associação Cívica).

Síntese – Pressupostos, Problemas e Hipóteses de Resposta: para uma sustentabilidade e um equilibrio do Estado Social no domínio da Habitação e do Urbanismo por Jorge Malheiros (IGOT-UL) e Rita Raposo (SOCIUS-UTL).

CONCLUSÕES

DA REFLEXÃO PRODUZIDA nos diferentes blocos acima enunciados são de destacar com principais conclusões:

- Pressupostos de uma leitura alternativa da 'realidade'
- a) O défice público português existe, é elevado, e deve ter uma resposta política

(e. em consequência, económica e financeira) que implique uma reforma do Estado, adaptada ao actual contexto demográfico, social, económico e geográfico. Contudo, tal não obriga ao desmantelamento dos ainda actuais designios sociais do Estado: em primeiro lugar, porque estes são valores-vitórias-venturas fundamentais da humanidade; imediatamente, porque o processo de desperdício financeiro e de endividamento público lhe não deve ser atrividamento público lhe não deve ser atri-

FÓRUM CIDADANIA PELO ESTADO SOCIAL

É fundamental garantir o equilíbrio entre vários direitos

buído, excepto no que respeita aos abusos e ineficiências de gestão e processo, que, deliberada ou involuntariamente, mas quase sempre de modo perverso, o parasitam e debilitam.

- b] Há que ultrapassar a resistência a taxar o capital, nomeadamente financeiro, assim como encontrar respostas colectivas para uma crise que tem origem primordial nos sectores imobiliário e financeiro e que é largamente responsável pelos actuais deseguilíbrios das contas públicas e pelas dívidas que lhes estão associadas. De resto, como constatámos ao longo do Seminário, a geração de mais-valias imobiliárias, apoiadas por um sistema de corrupção urbanística relativamente generalizado, deu origem a processos especulativos que contribuíram para o enriquecimento de uma pequena minoria e a um aumento significativo da dívida, privada (de muitos) e pública (suportada, hoje, em grande medida por muitos desses muitos). Ao longo de demasiados anos, várias 'liberdades', como isenções e incentivos sociais e fiscais (públicos) diversos, alimentaram ilusões colectivas de autonomia individual (nomeadamente por via da propriedade privada de habitação), que, contudo, frequente e dramaticamente (como se verifica hoje), apenas serviram um propósito socialmente abiecto - o engordar de um sistema financeiro baseado na especulação imobiliária e no servico, em vários tabuleiros e em diversos níveis, de corrupção!
- c] O solo é o principal responsável pelo custo especulativo do imobiliário, constituindo-se como um factor de produção específico, uma vez que é fixo e não reprodu-

tível. Face a isto, e porque nele todas as actividades humanas assentam, é legítimo um maior controlo do Estado sobre este factor de produção.

- a] O conceito de habitação é insuficiente para nortear uma intervenção no domínio da qualidade de vida da população, tanto na dimensão residencial quanto na urbana. Propõe-se, assim, o recurso a conceitos integrados, como o de habitat, o qual conjuga, simultaneamente, a habitação, o espaço público, os equipamentos, as mobilidades e, de modo ainda mais largo, o direito à cidade e à vida urbana e, assim, à própria cidadania
- e] É fundamental garantir o equilibrio entre vários direitos, assegurando que o direito à habitação e ao urbanismo não são secundarizados relativamente ao direito à propriedada privada. Ademais, devese evita a promiscuidade entre os sectores público e privado. Para além do estabelecimento de regimes de incompatibilidade vários, devem-se introduzir mecanismos que permitam ao Estado (que somos todos nós) controlar a expansão urbanística, assegurar uma gestão territorial harmoniosa, garantir o direito à habitação e redistribuir com equidade as mais-valisas urbanísticas.

SUGESTÕES PARA A ACÇÃO

Retirando consequências da reflexão produzida delinearam-se algumas sugestões para a acção futura, nomeadamente, a nível macro-estrutural:

Elaborar uma Lei-Quadro ou Lei de Bases da Habitação, sector fundamental que não



beneficia de um instrumento jurídico de carácter macro.

Simplificar a legislação urbanística, apoiar a reabilitação (e à auto-reabilitação dos alojamentos) e incentivar/obrigar a a colocação dos imóveis devolutos (que hoje se contam aos milhares) no mercado.

Construir, e divulgar aos cidadãos, sistemas de informação claros relativamente ao cadastro (que deve ser actualizado), aos valores dos solos, aos planos e ao seu conteúdo e às normas urbanísticas fundamentais.

Rever o actual papel do IHRU, reactivando-o. Alterar os processos de loteamento, tornando-os mais simples, mais rápidos e mais transparentes.

Implementar processos de fiscalização de loteamentos e de obras, de aplicação aleatória.

E, a nível micro-imediato sugeriu-se:

Rever a "nova" Lei de Arrendamento no sentido de garantir os direitos dos inquilinos e dos pequenos proprietários.

Actualizar o PER (hoje com quase 20 anos, mas ainda não concluido nalgums municípios), de modo a permitir o realojamento de indivíduos carenciados instalados após 1993 (e que cumpram requisitos aferidos como não abusivos), e promover a revisão do PROHABITA.

Impedir a implementação do despejo de famílias que não tenham alternativas dignas de alojamento.

Valorizar e divulgar boas práticas no domínio do habitat e da promoção do direito à habitação.

Sinopse do Seminário realizado em Coimbra

O FUTURO DA PROTECÇÃO SOCIAL

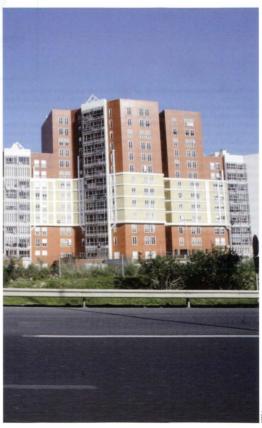
O SEMINÁRIO REALIZADO EM COIMBRA, no dia 29 de Setembro, ocupou-se da questão do futuro da proteção social.

No final dos trabalhos foi elaborado um documento que contém o essencial da reflexão

produzida e se exprime na seguinte sinopse:

1. A protecção social está em risco e é num horizonte de grande incerteza que se perspectiva o seu futuro. É óbvio que qualquer que este seja terá profundo e extenso impacto sobre a economia, a sociedade e a vida das pessoas e das famílias. É, pois, natural e

FÓRUM CIDADANIA PELO ESTADO SOCIAL





Sinopse do Seminário realizado em Coimbra

justo que os cidadas e cidadas se interroguem acerca dos caminhos e atalhos por onde está a ser levada a protecção social enquanto pilar fundamental do Estado Social, também ele em crise no confronto com o actual modelo de capitalismo liberal.

- 2. Nesta reflexão, as pensões de reforma, que têm por fim último garantir a segurança de rendimento na idade de reforma, mercem uma atenção mais aprofundada. Com efeito, além da sua finalidade específica, constituem um dos pilares do Estado Social, estando intrinsecamente associadas ao contrato social em que se baseiam as sociedades modernas e, em particular, o modelo social europeu.
- 3. A evolução do sistema de pensões de reforma vem seguindo uma trajectória regressiva em relação ao modelo definido em 1984, e corre o risco da sua desconfiguração e desmantelamento, com manifesto.
- 4. A crise sistémica, que se vem aprofundando desde 2008, e as medidas adoptadas para a enfrentar têm tido também impactos gravosos sobre o sistema de segurança social, nomeadamente no que se refere à diminuição das sua receitas, por efeito indirecto da redução dos salários. Por outro lado, crescem as despesas devido ao aumento do desemprego e correspondente aumento de encargos com subsidios, a precarzação do trabalho e a economá informalzação do trabalho e a economá informal.

- 5. Ao enveredar, deliberadamente, por políticas de cariz neo-liberal, que privilegiam o equilíbrio das finanças públicas e as políticas monetárias de controlo do endividamento e da inflação e descuram políticas activas de desenvolvimento, investimento público e emprego, as instituições europeias têm empurado as políticas de segurança social para um caminho errado.
- 6. O rendimento social de inserção merece atenção particular no debate acerca da proteção social. O sucesso da medida depende de três factores: o reconhecimento da respectiva positividade e consenso alargado por parte da comunidade; a correcta e justa administração da mesma, prevenindo e corrigindo, exemplarmente, possíveis abusos e favoritismos; o montante atribuído nas diferentes situações e sua adequada proporção com os níveis de salário e de pensões em curso.
- 7. Em tempo de crise, as políticas sociais são particularmente relevantes e deveriam merecer do Estado e de todos os actores políticos a devida ponderação, tanto no que se refere aos recursos humanos, financeiros e institucionais que lhes devam ser afectos, como no que respeita à garantia de rigor, transparência e equidade com que aqueles são administradas.

CONSELHO EDITORIAL

Uma agenda carregada para 2013



JOSÉ ANTÓNIO SANTOS

O CONSELHO EDITORIAL DE "O REFE-RENCIAL" realizou a sua segunda reunião, no dia 20 Setembro de 2012, a convite do noso diretor Pedro Pezarat Correia, para se pronunciar sobre os conteúdos e a orientação editorial que temos seguido, e, sobretudo, para lançar pistas sobre temas, que pela previsibilidade do que a vem, sejam de análise incontornável.

Além do nosso diretor, estiveram presentes: André Freire, António Brotas, Garcia dos Santos, João Ferreira do Amaral, Maria José Casanova, Maria José Morgado, Martins Guerreiro, Matos Gomes, Vasco Lourenço, e o nosso editor José António Santos.

De um modo geral, entre as intervenções produzidas, foi consensual: a qualidade gráfica de "O Referencial", "grafismo bonito e muito agradável"; mas, outras vozes lamentaram a circunstância de a revista não dispor de um índice, nem de uma seção de "Cartas ao Director". A extensão demasiada de alguns artigos foi, tambêm, objecto de reparo.

Os conselheiros reconheceram que "O Referencial", em termos editoriais, está em linha com o que deve ser uma revista da A25A enquanto meio de expressão do pensamento de várias tendências que ajude e promova a reflexão; tem atualidade e contém a matriz histórica e os valores do 25 Abril. Por outra parte, houve vozes que alertaram para o défice de noticiário da actividade associativa da A25A.

CRISE, ACTORES,

Os conselheiros empolgaram-se na reflexão sobre as abordagens da crise do País, ultimamente publicadas por "O Referencial".

Se paras uns, "a situação atual ainda não está esgotada", houve quem entendesse senecessário 'aliviar temas muito carregados", ou reduzir os "artigos de desabafo", por entenderem não adiantar muito "insistir na matéria dada".

Daí, como foi dito, "temos de ir mais além: o que está por detrás da crise actual? Como a podemos ultrapassar? Oue alternativas?"

Por isso, foram várias as vozes que insistiram na necessidade de continuar a manter nas páginas de "O Referencial" o tema da crise, com enfoque em edições temáticas, cuja necessidade de tais dossiers não irá esgotar-se tão cedo. A ausência dos jovens nas páginas de "O Referencial" foi apresentada como um dos aspectos mais necativos do défice editorial.

Garantir a colaboração de jovens, com artigos e entrevistas, gente com interesse que anda nas redes sociais, eis alguns caminhos que os conselheiros exortarem a serem adoptados por O Referencial", além de terem sublinhado, também, a necessidade utgente do investimento em temáticas para jovens, abordando questões com mais impacto para a juventude.

A crise é extraordinária e exige que seja escalpelizada em vários pontos de vista, observaram alguns conselheiros. A crise é algo de concreto, a crise tem rostos e protagonistas, vítimas e algozes, día a necessidade de abordagens más analíticas, nas suas diferentes dimensões, dando voz aos diferentes actores, às pessoas mais atingidas, aos jovens.

TEMAS A ABORDAR EM EDICÕES FUTURAS

Na opinião dos conselheiros, tais abordagens deverão encontrar e sugerir alternativas sustentáveis para os problemas do tempo presente, sendo desejável dedicar cada edição a um tema específico. Exemplos: Estado Providência, Saúde, Educação, Economia, Pobreza, Emprego versus Desemprego, Justiça, Fiscalidade.











E, para tanto, "O Referencial" deverá alargar o leque de colaboradores de modo a tornar a revista mais reflexiva e mais sustentada no seu conteúdo, convidando especialistas para escreverem e com esse seu contributo promoverem o esclarecimento e dinamizarem o aprofundamento da reflexão.

A dimensão do presente, conjugada com dinamismos de futuro numa análise prospetiva, sem dissociar a dimensão histórica, foi outro ângulo para a abordagem de temas, sugerido por um dos conselheiros

Însistiu-se, também, na valorização e optimização do recurso à Internet, mantendo-se a edição impressa nos moldes actuais, mas fazendo ponte com a Internet. Como? A edição impressa pode ser complementada com a participação numa edição online e o material captado por via online pode enriquecer a edição impressa.

Os conselheiros alertaram também para aquilo que alguém designou de "polvo". São situações que silenciosamente corroem a sociedade e que urge denunciar. Fala-se da sabotagem de instituições por via de totalitarismos mesquinhos com uma sobrecarga de trabalhos e exigências que não podem ser satisfeitas por manifesta falta de recursos. A sabotagem continua do aparelho de Estado, exemplo da justiça, tribunais e Polícia Judiciária, com instâncias que não aguentam vinte processos, mas são sobrecarregadas com o dobro, numa nitida destruição da cadeia de responsabilidade no aparelho de Estado.

UM LENINE DISFARÇADO

A reflexão de outro conselheiro levou-o a discorrer sobre o modo como vê e sente a actual situação, a luz da sua própria realidade e circunstância.

A reflexão sugere a persistência de uma ideologia silociosa, subterrânea, disfarçada e que de repente retira direitos e dignidade à dimensão do trabalho e à pessoa humana, que empobrece o trabalho e enriquece o capital. Trata-se de uma reflexão que, afinal, constitui ela própria um elenco riquíssimo de temas suscetíveis de serem abordados/investigados jornalisticamente. Ei-los:

Há um avanço inexplicável, em todas as áreas da nossa vida, de mecanismos ditatoriais que não são de dierita, nem de esquerda, não são fascistas, mas fazem lembrar linhas leninistas. Há uma transferência da má gestão dos dinheiros para o impedimento e imposição de não podermos ser felizes.

Verificamos uma ausência completa de reconhecimento de direitos sociais. Há um totalitarismo social, económico. Não há mercado, nem livre concorrência.

É um totalitarismo estranho entre o conluio muito mafioso do Estado com as maiores empresas, nomeadamente, ao nível da saúde, e no âmbito das reformas.

As facetas do Estado Providência estão a ser escavacadas.

Temos uma economia planificada à base de comissões.

A democracia representativa está a levar machadada todos os dias

Temos aqui um Lenine disfarçado.

Como fazer a abordagem destas matérias em "O Referencial"?

Os artigos não devem ser dogmáticos, mas





abertos: O que fazer? Como (re)conquistar o futuro?

A opção por um espaço dedicado à recensão de livros pode conduzir a excelentes pistas para reflexão.

Qual a contribuição do Euro na nossa economia?

As PPP estão a levar-nos à ruína!

Reformas cirúrgicas que poderiam resolver os nossos problemas.

Foi preciso vir alguém de fora, a Troika para propor/impor o nosso destino!

E qual o papel da justiça na crise: exigências novas; combate à corrupção traria vantagens ao controlo da crise; impõem como urgente a responsabilidade financeira a quem causa prejuízos ao Estado e aos cidadãos.

Como promover uma maior justiça fiscal? E o que dizer perante a pobreza crescente?

40.º ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL

Um conselheiro sugeriu, ainda, a necessidade de se começar a preparar desde já as comemorações do 40,º aniversário do 25 de Abril, observando a importância que nesse quadro recai no aprofundamento do Programa do MFA.

Finalmente foi sugerido que membros do Conselho Editorial, que para tal se manifestem disponíveis, se responsabilizem por colaborar/coordenar determinadas áreas temáticas a desenvolver nas páginas de "O Referencial" e convidem colaboradores, especialistas, e académicos que produzam pensamento e reflexão na revista da A25A sobre a realidade e o devir de Portugal.

No final da reunião, Pedro Pezarat Correia e Vasco Lourenço agradeceram o inestimável contributo para "O Referencial" de que a reflexão dos conselheiros se revestiu.

O presidente da direcção da A25A reconheceu que a capacidade da Associação tem limites, mas que esses constrangimentos não constituirão entraves à continuidade da linha de "O Referencial", seja na divulgação das atividades associativas ou na intervenção cívica de esconjular o medo na sociedade em regime democrático, um regime onde a Democracia é dominada por determinados lóbis e está capturada pela corrupção.

O diretor de "O Referencial" garantiu que as sugestões dos conselheiros "não iriam cair em saco roto", bem pelo contrário, iriam integrar a "agenda da revista nas suas edições de 2013".











Monumento em Almeida evoca o 25 de Abril





ENTENDEU a Câmara Municipal de Almeida, por iniciativa do Executivo, e do seu presidente António Batista Ribeiro, dinamizar e promover a perpetuação da memória do 25 de Abril no concelho, através da edificação do um monumento alusivo que constitua memorial permanente da madrugada dos cravos e dela faca eco para as gerações futuras, da autoria do escultor João Antero. O projecto e sonho de anos da Comissão Promotora tornou-se realidade na celebração do Dia do Concelho que ocorreu no passado dia 12 de Junho.

Do que então se passou em Almeida nos dão conta Carlos Esperança, Vasco Lourenço e Monteiro Valente nos textos que, adiante reproduzimos. Seja-nos, no entanto, permitido, destacar o texto que o major-general Augusto José Monteiro Valente, nos remeteu a propósito da inauguração do memorial.



EM E-MAIL DIRIGIDO A VASCO LOURENÇO, exactamente um dia antes de falecer, Monteiro Valente escreveu assim:

"Caro Vasco Lourenço. De passagem por Coimbra procuro pór a escrita em ordem. Como na altura não era oportuno ("O Referencial" estava prestes a sair), junto agora um projecto de notícia sobre a inauguração em Almeida do Memorial ao 25 de Abril. Trata-se apenas de um projecto. Como estiveste presente, ficará ao teu critério introduzir livremente as alterações que entenderes. Nomeadamente, peço-te que integres no texto a tua intervenção e alguma outra foto que possuas. Pela minha parte não tenho qualquer foto em que apareças.

Úm abraço. Valente"

E, a seguir, a festa em Almeida vivenciada por Monteiro Valente foi por ele descrita nos exactos termos que a seguir transcrevemos, também como homenagem dos que fazem "O Referencial" que o general sempre acarinhou.

Monteiro Valente descreveu assim:

Integrada nas comemorações do Feriado Municipal de Almeida, teve lugar, no passado dia 2 de Julho, a inauguração do arranjo urbanístico do Largo 25 de Abril e do Memorial ao 25 de Abril naquela histórica vila do interior profundo da Beira Alta

Trata-se de um belo trabalho que veio dar um aspecto de muita dignidade e beleza à entrada da vila e a toda a zona circundante, assegurando uma ligação harmoniosa entre o interior amuralhado e o moderno casario que se ergueu no exterior nas últimas duas décadas.

O Memorial ao 25 de Abril é o elemento central do novo arranjo urbanístico. Da autoria do secultor João Antero. culminou um trabalho conjunto de quase dez anos da Câmara Municipal de Almeida e da Comissão Promotora do Momento ao 25 de Abril, presidida pelo associado da A25A e membro da Direcção da Delegação do Centro Alfredo Carlos Barroco Esperança. A implantação do Memorial junto à entrada principal da fortaleza abaluartada de Almeida suscitou demorada e intensa discussão com o ICESPAR, mas a feliz solução encontrada

Para além das entidades autárquicas e da numerosa assistência estiveram presentes no acto o presidente da Direcção da A25A, Vasco Correia Lourenço, militares de Abril e outros associados da A25A.

acautelou os interesses de ambas as partes e dignificou Almeida e o 25 de Abril.

ODISSEIA DE 12 ANOS

CARLOS ESPERANCA

SENHOR PRESIDENTE da Câmara Municipal de Almeida, Senhor presidente da Associação 25 de Abril, caros cidadãos e cidadãs:

Neste dia de júblio é meu privilégio, em nome da Comissão Promotora do Monumento ao 25 de Abril, em Almeida, saudar todos os presentes e agradecer o apoio dos que me acompanharam nesta odisseia de 12 anos: o Alberto Vilhena, o Aristides, o 2é Vaz, o Nabais e o saudoso António Ferreira, que hoje aqui evoco. Todos esperámos ansiosamente a chegada deste dia que devemos ao espírito democrático e à palavra honrada do Sr. Presidente da Câmara a quem felicito e testemunho o meu reconhecimento.

Sr. Presidente da A25A, destacado protagonista e legítimo representante dos heróicos capitães a quem devernos a mais bela de todas as madrugadas, a mais gloriosa epopeia, a mais generosa de todas as Revoluções e o mais longo período democrático da nossa História:

Nunca tão poucos fizeram tanto num só dia e só a ingratidão de alguns iguala a gesta heróica com que marcaram a História e libertaram Portugal. Pelo que fizeram e pelo que vos devemos, aqui fica esculpido em pedra o testemunho da nossa gratidão.

Portugal tem três datas simbólicas na luta pela liberdade o 24 de Agosto de 1820 (Revolução Liberal), o 5 de Ottubro de 1910 (implantação da República) e o 25 de Abril de 1974, que derrubou a longa ditadura e abriu as portas à democracia. A estas datas devemos juntar o 1.º de Dezembro de 1640, para recordar os quatro momentos identificado noseso pecurso histórico, datas que o patriotismo e a cultura democrática deviam obrigar à celebração como feriados nacionais.

Em 25 de Abril a Pátria reconciliou-se com a História, antecipou-se à Espanha e serviu-lhe de consciència critica, quando ainda sofria a cruel ditadura de Franco. Portugal entrou na Europa com o alvoroço dos jovens, a firmeza dos adultos e a sabedoria dos velhos. Por mais erros que tenhamos cometido, por mais sombrios que sejam os tempos actuais, não voltaremos onde partimos, não mais sofreremos a afronta da guerra, da censura e do pensamento único.

O 25 de Abril de 1974, sendo a data histórica mais importante das nossas vidas é a mais emblemática da História de quase nove séculos, pelas transformações que operou, pelos caminhos que abriu, pelas oportunidades que criou, pesem embora a crise internacional e os erros próprios a que o 25 de Abril é alheio.

A Revolução, sendo obra de alguns, daqueles que justamente homenageamos, é hoje património de todos os que amam a liberdade e procuram a justica social.

Para comemorar a data que mudou Portugal, um grupo de democratas sonhou erigir em Almeida um monumento ao 25 de Abril, sonho partilhado pelo povo que logo o subscreveu, em abaixo-assinado dirigido à Câmara Municipal.

Coube a este presidente, a António Baptista Ribeiro, o mérito da obra que aqui fica para perpetuar o momento histórico que libertou Portugal. Este ato não é a mera homenagem ao passado. é a sudação ao futuro que Abril deixou aberto e uma forma de celebração do legado que transformou Portugal e os nortusuestos.

Almeida é um concelho onde a Europa começa a ser Portugal e era por onde os emigrantes fugiam à ditadura. É um pilar da ponte por fazer entre o interior e o litoral num projecto que contrarie a desertificação e o abandono das terras que o poder central tem ostracizado.

Almeida é um elo da cadeia da liberdade que o 25 de Abril construiu para unir o norte e o sul, e também o leste e o poente do Portugal de sempre. Almeida está a oriente. É onde se nasce. E, tal como os ríos, que se habituaram a correr para ocidente, também a cultura, viajava no Sud, vinda de París, seguindo o mesmo trajecto. Tal como as tropas de Napoleão. E as ideias liberais:

Este monumento é a homenagem devida aos capities de Abril e à data que debehs. Le marca de una terra de profundas raízes democráticas onde nasceram Eduardo Lourenço e o saudoso Dr. Teófilo Carvalho dos Santos, dois vultos de grande dimensão cívica, ética e intelectual que resistiram à ditadura a que os militares de Abril puseram termo. O 25 de Abril año marcou apenas uma geração. E a marca do povo que descobriu al Béreda perdida. E o trao de união entre todos os democratas. É a memória comum dos que reivindicam a Europa, mais justa, mais fratema e mais solidária.

Todas as gerações tiveram sempre heróis mas os de Abril permanecerão sempre e serão o exemplo para todas as gerações vindouras.

Saibamos defender e ser dígnos de Abril para evitar as tentações de um novo 28 de Maio. Viva o 25 de Abril.

Viva Portugal.

VALORES DE ABRIL SÃO A SOLUÇÃO PARA VENCER A CRISE

VASCO LOURENCO

SENHOR PRESIDENTE da Câmara; Senhor Presidente da Junta de Freguesia; Demais entidades civis e militares; Senhor Presidente da Comissão Promotora do Monumento ao 25 de Abril

Senhores responsáveis pelo arranjo urbanístico e pelo Monumento ao 25 de Abril; Caras e caros companheiras e companheiros de Abril, nomeadamente caros camaradas Militares de Abril; Minhas senhoras e meus senhores

Em primeiro lugar, seja-me permitido felicitar os responsáveis pela inauguração deste Monumento ao 25 de Abril: O Município de Almeida, na pessoa do seu presidente da Câmara Mu-

nicipal, António Baptista Ribeiro, que soube entender que a implantação de um tributo a uma gesta que trouxe a Portugal a Liberdade, a Democracia e a Paz dignifica grandemente a comunidade de Almeida; À Comissão Promotora do Monumento ao 25 de Abril em Almeida,

A Comissão Promotora do Monumento ao 25 de Abril em Almeida, na pessoa do seu presidente, o meu amigo Carlos Esperança, que concretizou um sonho de seus Pais, nomeadamente de sua Mãe, atravês de uma tenaz e persistente aventura que dura há cerca de quinze anos. Parabéns, meu caro Carlos Esperança: com a concretização desse sonho, contribuíste para a realização do sonho maior que foi e é o 25 de Abril. Ao homenageares o 25 de Abril contribuíste para elevar a vila de Almeida. Mesmo exagerando nos adjectivos com que me brindaste e aos meus camaradas de Abril.

Há 38 anos conseguimos interpretar o sentimento dos portugueses, a aproveitando as condições que a luta de muitos deles criou. Hoje, com a implantação deste muito bem conseguido menorial ao 25 de Abril — as minhas felicitações ao seu autor, o escultor João Antero — as gentes de Almeida, mostram que é com os valores de Abril que podemos ultrapassar e vencer a tremenda crise que atravessamos, de natureza internacional, mas também resultante de muitos e graves erros cometidos internamente.

E, terá de ser, com a recuperação dos valores de Abril que conseguiremos dar a volta à situação e fazer de Portugal um país mais livre, mais democrático, mais justo e mais solidário.

Bem hajam todos, também pelo convite que nos fizeram para convosco usufruir desta bela festa!

Viva Portugal



NUNO SANTA CLARA

... PETRUS CUNICULUS, Imperador de Roma pela vontade da plebe, que o apoiara na tomada do poder, estava inquieto.

A agitação nas ruas, desde o fórum até às insulae e bairros periféricos, cavava-lhe profundas rugas na fronte - aquela fronte que fora lisa e sombreada por farta cabeleira, que fora a sua marca pessoal, e que agora rareava, imagem sombria da falta de apoio que se sentia por toda a parte, até nas mais longínquas parcelas do Império.

Os senadores e tribunos mais chegados estavam igualmente inquietos. As suas clientelas também se agitavam e reclamavam, e até os mais fiéis se rebelavam.

- Ouereis acabar com o governo das cidades, que tanto trabalho nos deu a fundar e a construir? E os edis das cidades rebelavam-se, maltratando os enviados de Petrus Cuniculos e ameaçando com a autonomia das províncias e a dissolução do Impé-

- Ouereis acabar com o cultivo das terras, não comprando o trigo para alimentar a plebe? E os proprietários refugiavam-se nos seus latifúndios, vendendo o seu grão fora do Império.

- Quereis tornar Roma numa cidade de incultos? Diziam os bons pater familae, vendo os bem educados filhos dos patrícios partir para longes terras, em busca de uma carreira que o Senado lhes negava.

- Como quereis que cobremos os impostos, se não há nada para cobrar? Exasperavam-se os publicanos, arrependendo-se de ter arrematado uma cobranca que prometia ser ruinosa.

- Como podemos julgar as causas, se os vigiles não trabalham, uma vez que não lhes pagam? Queixavam-se os pretores, também eles vítimas de perda de rendimentos.

Apenas os dois cônsules, Herbatius e Antonius, pareciam contentes. Representavam um grupo restrito de grandes latifundiários, que pretendia alargar ainda os seus domínios.

Mas os restantes membros do conselho não escondiam o seu descontentamento. Paulus Porticus. que se dizia estar ligado aos cristãos, era um enigma: ainda por cima, tinha boas ligações com os veteranos legionários, cujo peso não era de negligenciar.

Mesmo as matronas manifestavam o seu descontentamento, e entre elas Manuela Lactum, cuia língua afiada todos temiam.

Ouanto ao Cônsul Supremo, não se podia contar com ele. Dizia-se que apenas pretendia terminar as suas funções e regressar à terra dos Cónios, nos confins da Lusitânia, onde tinha uma villa rustica. para lá se refugiar.

As legiões não escapavam à desmoralização geral. O pagamento andava atrasado, a compra de umas novas trirremes estava sob suspeita de compadrio. e a aquisição de umas inovadoras quadrigas de oito rodas (únicas no mundo então conhecido!) estava

A fúria das legiões não preocupava Petrus Cuniculus. Antecipando de séculos um célebre autor dramático britânico, escolhia para o guardar pretorianos gordos. que ressonavam de noite.

Mas, para cúmulo, Januarius, o Sumo Sacerdote das Legiões, tomara o partido dos legionários e, como isso não fosse suficiente, manifestava a sua solidariedade com a plebe, com os artesãos, com os escravos, enfim com todos aqueles que, segundo Petrus Cuniculos e o procônsul das legiões, Josephus Brancus, Ianuarius não tinha nada a ver.

Apertado por todos os lados, Petrus Cuniculus tinha E foi o fim do Império romano. pouca margem de manobra. Reuniu o Conselho e disse: há uma saída!

Todos se entreolharam, meio esperancados, meio descrentes. E que saída é essa, perguntaram.

- Os bárbaros, disse Petrus Cuniculos, Eles têm montões de ouro, que vão acumulando com o saque dos povos do Império, e dinheiro que ganham vendendo bugigangas e maquinetas que vão produzindo - o que mostra bem a sua inferioridade. Um patrício que se preza não trabalha, e muito menos inventa

E agora é uma oportunidade para lhes pedir ajuda: os germanos quebraram a tradição, e caíram num regime de matriarcado, elegendo uma matrona como imperatriz. E. uma vez que é uma mulher que os governa, não podemos perder esta ocasião. E assim se fez. Cônsules, pretores, tribunos, constituíram uma embaixada ao país dos Alamanos. Expuseram os seus problemas, primeiro com sobranceria, até cair na humildade. Acabaram por aceitar as duras condições da matriarca Hanghela. mas tal não os impediu de, no regresso, festejar no fórum essa pretensa vitória.

O falhanço de uma ideologia

GALOPIM DE CARVALHO

PRIMEIRO, NA ESCOLA PRIMÁRIA e, depois, nos primeiros anos do liceu, cumprimos, sem quaisquer problemas, a filiação obrigatória na Mocidade Portuguesa, de início como lusitos. até aos 10 anos, e a seguir como infantes até aos 14. A farda, incluindo um par de botas, era dada pela delegação local às crianças cujas famílias não dispunham de posses para a comprarem e vendida, a preco relativamente acessível, às que não precisavam desse apoio. O "Fred". Alfredo de seu nome, órfão de pai e mãe, aos cuidados de uma avó a trabalhar aqui e ali, onde quer que a chamassem, precisou dessa caridade. O meu pai, empregado de escritório, teve de me comprar duas, pois que, enquanto uma ja a lavar, havia que vestir a outra. Não me comprou botas, porque botas já eu usava, das grossas e reforçadas com duas fiadas de cardas

Não gostámos nem desgostámos de andar fardados de verde e castanho. Era uma roupa como outra qualquer, dizia este meu condiscípulo, numa demonstração de maturidade que sempre o acompanhou.

Aos sábados de manhã, as actividades desenvolvidas no âmbito desta organização juvenil do Estado Novo tinham por instrutores uns tantos sargentos do exército, arregimentados para o efeito, a troco de um magro suplemento no soldo. Eram horas a fio de formaturas e exercícios de ordem unida, com "esquerda e direita, volver", "em frente, marche", e o inesquecível "um, dois, esquerdo, direito", em preparação para paradas ao estilo da tropa. A par dos instrutores havia os comissários incumbidos de nos dar formação ideológica, quase todos recrutados entre os professores mais identificados com o regime ou que dele visassem tirar algumas regalias. O essencial do suporte logístico dos nossos acampamentos, deslocações e outras actividades, vinha-nos da tropa. Eram da tropa as viaturas que nos transportavam, as cozinhas de campanha e os cozinheiros que nos confeccionavam o rancho, e as enfermarias móveis e os enfermeiros que nos acompanhavam.

Ños desfiles, em cerimónias de comemorações patróticas, a rapaziada marchava garbosamente, de passo bem acertado, para grande orgulho do "nosso sargento" e, ao passarmos pela tribuna, esticávamos o braço direito, num Heil Hitler à portuguesa, em saudação às personalidades militares, religiosas e civis ali presentes. Nas paradas, em formatura disciplinada, ouvíamos belas preleçções dos nossos comissários, exaltando o amor à pátria e à família e a obediência aos chefes. O nosso capelão falava do amor a Deus e à Virgem, de Iirios brancos e de pombas da mesma cor...

Para nós, nesses anos, havia motivos de interesse nesta organização que não associávamos aos regimes totalitários, uma realidade que nos escapava completamente. Fora as grandes secas que eram a instrução, os desflese e as paradas, a "Mocidade" facultava-nos a ocupação despreocupada de tempos livres e, no geral, agradáveis. Equipava as escolas com material desportivo e promovia actividades convidativas como ginástica, campismo e aviominiatura. A sede da nossa ala dispunha de uma biblioteca juvenil, com obras bem escolhidas pelos mentores locais, e salas e jogos com ténis de mesa, laranjinha, damas, xadrez e outros do nosso aerado.

Destas actividades, que mal ou bem praticámos, ganhámos um gosto muito especial pelo campismo e, curiosamente, foi este contacto com a natureza que nos permitiu conhecer o outro lado da moeda que nos era apresentada pelos nossos ideólogos. Esse outro lado não era acessível aos rapazes da nossa idade, nem eles tinham nisso natural interesse. Mas os crescidos conheciam-no e, destes, havia os simpatizantes e apoiantes do regime, os indiferentes, que eram a grande maioria, e os "da oposição". apontados a dedo como sendo do "reviralho", perseguidos pela polícia política, presos, alguns deles torturados e um ou outro assassinado. Como "filhos" do regime e acarinhados pelos seus chefes, éramos, por assim dizer, membros

de uma grande família onde cabiam as forcas vivas da cidade, civis, militares e religiosas. as polícias e a GNR. O campismo selvagem que fazíamos permitiu-nos conviver com alguns resistentes ao regime, conhecer as suas ideias e as razões das lutas que travavam. Foram muitas as vezes que, com uma "canadiana" e outros equipamentos requisitados na sede da "Mocidade", calcorreámos montes e vales, conhecemos herdades e os trabalhos que nelas se faziam. Das ceifas e debulhas ao descorticar dos montados de sobro, ao varejo e apanha da azeitona, tudo vimos ao mesmo tempo que conversávamos e, às vezes, confraternizávamos com os trabalhadores, sentados no chão, de navalhinha na mão, comendo pão com lasquinhas de queijo ou de linguica. Participámos em vindimas, respirámos o cheiro do mosto, provámos o vinho novo pelo São Martinho e assámos e petiscámos toucinho. durante a destila, junto ao alambique, acompanhado de sorvinhos de aguardente. Vimos, num velho lagar, esmagar a azeitona com moinhos de pedra numa velha máquina da antiga fábrica metalúrgica do Tramagal, vimos espremer a pasta entre capachos, a separar o bagaço do mosto, e sentimos o forte aroma do azeite virgem a sobrenadar uma aguadilha suja. Bebemos água dos pocos e molhámos os pés nos regos das hortas onde nos deixavam apanhar beldroegas com que fizemos muitas das nossas refeições.

Alguns destes trabalhadores rurais, soubémolo mais tarde, eram militantes do Partido Comunista. Com todos os defeitos sectários das militâncias, estes nossos amigos estavam certos em muitas das coisas que diziam. Sabiam ser homens desumanamente explorados por outros homens. Sabiam que, muitas vezes sem trabalho, não tinham pão para os filhos. numa pobreza de fazer dó, ao lado das montanhas de cortica e dos Mercedes dos senhores da terra. Eram homens a lutarem na clandestinidade contra esta aberração que foi a nossa sociedade ao longo da história.

A vida separou-nos, cada um para seu lado, mas não perdemos o contacto.

 Qualquer adolescente, na generosidade própria da sua condição de rapaz a abrir portas e janelas à vida, só pode alinhar ao lado dos explorados e oprimidos. - Disse-me o "Fred", na última vez que o acaso nos juntou. - Foi no convívio com o mundo rural da nossa terra que escolhi o lado da barricada onde me situei para a vida. E foi isso que me aconteceu. Sinto-me um filho do campo e irmão dos camponeses. - E acrescentou, num tom apreensivo. - Tivemos um vislumbre de mudança após a Revolução dos Cravos, mas os espertalhões que, ingenuamente, colocámos no poder, estão a reconduzir-nos à mesma indignidade. E é preciso voltar à luta.

Eu ouvia-o com toda a atenção. Conhecera-o bem e era exactamente aquilo que eu esperava que ele dissesse. Esta evocação dos cravos trouxe-me à ideia uma reflexão que me ocorreu nesse Abril de 74

- Os homens e as mulheres da nossa idade. estavam na fase mais pujante das suas vidas. quando foram apanhados pela revolução, - comecei eu por dizer. -Não revelaram o mais pequeno apego ao regime acabado de cair, no qual era suposto terem sido moldados. Não fizeram um gesto em sua defesa. A injecção de ideologia salazarista que, como nós, receberam na Mocidade Portuguesa, não surtiu qualquer efeito. O ditador faleceu quatro anos antes e, com ele, a filiação obrigatória na já então defunta organização. A Mocidade Portuguesa não fez nem os homens nem as mulheres que Salazar sonhou.

- Vê o meu caso e como eu há muitos. - Respondeu o meu amigo. - Os anos que se seguiram ao meu despertar para a vida e o desenrolar dos acontecimentos dentro e fora das nossas. fronteiras, acabaram por caldear a minha maneira de ver o mundo e por definir o espaço da sociedade onde quero e gosto de estar. E olha. - continuou - quando, aos 17 anos, a "Mocidade" nos fez cadetes e nos obrigou a cumprir a milícia, este "Fred" que está aqui à tua frente já não era o filiado ingénuo e alheado da realidade social e política do nosso país. E quando a tropa, nesse tempo o sustentáculo armado do regime, me chamou a prestar servico nas fileiras, abriu as portas a um resistente e antimilitarista convicto, fazendo a militância que lhe era possível fazer. O nosso povo - desabafou, em jeito de conclusão - está adormecido, alienado, praticamente morto e a suportar resignadamente este caminhar para o abismo. No 25 de Abril, fiz as pazes com a tropa e hoje pergunto-me muitas vezes de que é que os nossos militares no activo estão à espera para varrerem de cena esta cambada que tomou conta do nosso destino? Tenho a certeza que, se um dia, eles decidissem vir para a rua, Portugal tornava-se a encher de cravos. Tantos ou mais do que da outra vez!

O campismo selvagem que fazíamos permitiu-nos conviver com alguns resistentes ao regime, conhecer as suas ideias e as razões das lutas que travavam

Militares e política

NUNO FISHER LOPES PIRES

O MINISTRO DA DEFESA NACIONAL fez, recentemente, duas afirmações merecedoras de cuidada atenção:

 1.ª - Quem não tiver vocação militar deve deixar as Forças Armadas.

2.ª - A utilização do protesto militar como forma de intervenção pública, política e partidária é grave e os dirigentes das Associações Profissionais das Forças Armadas pretendem fazer política onde a política não devia estar.

Perante isto, de imediato se levanta uma questão: Podem ou devem os militares assumir posições políticas ou não?

No anterior regime (e embora, como norma, os militares não devessem imiscuir-se na política) a verdade é que havia profundas ligações dum lado para o outro. O Governo criava obstáculos à carreira dos militares que, por menos aparentemente, não concordavam com a situação e entregava à PIDE/DGS os que ousavam assumir claramente posições de rebelião. Mas abria as portas aos que eram seus adeptos permitindolhes não só o acesso à presidência da República (todos os Presidentes foram militares) mas também o preenchimento de lugares de confiança: deputados à Assembleia Nacional, Procuradores à Câmara Corporativa, funções de comando na Mocidade Portuguesa, na Legião Portuguesa. na Censura e na PIDE/DGS.

Não há dúvida de que a situação atrás apontada era manifestamente incorrecta e só a guerra colonial, através dos milicianos oriundos das crises académicas de 1962 e 1969, permitiu que os militares fossem lentamente formando uma correcta consciência política já que a quase totalidade não era possuidora de qualquer formação nesse campo.

Chegou-se, assim, ao 25 de Abril mas há que recordar que não só ele teve origem remota num problema puramente corporativo mas também que só muito tardiamente é que se tomou uma opção política pois, em 1 de Dezembro de 1973 (no plenário realizado em Óbidos que foi por mim presidido por ser o mais velho e o mais

graduado presente), ainda foi aprovado por larga maioria que se prosseguisse uma actuação contestatária mas dentro da legalidade existente. Isto é: Não se admitiu uma intervenção que conduzisse à mudança do regime.

Concretizada a Revolução dos Cravos, principiou um período de supremacia política dos militares que, obviamente, desagradou aos Partidos, nos quais figuravam diversas figuras repescadas do passado.

Assistiu-se, primeiro, a uma descarada tentativa de aliciamento dos militares pelas estruturas partidárias. E depois, como se isso não bastasse, desencadeou-se uma acentuada e progressiva oposição ao que se pretendia fazer, com a alegação de que os militares já haviam cumprido a sua obrigação e deviam, agora, recolher aos quarteis e deixar a vida política para cos profissionaites.

Este ponto de vista mereceu amplo apoio do general Spínola que, na própria noite de 25 para 26 de Abril, já o havia defendido numa tempestuosa reunião no quartel da Pontinha na qual chegou a afirmar que ia convidar um grupo de políticos seus amigos para reformular o Programa do Movimento das Forças Armadas, embora ele tivesse sido previamente submetido à sua aprovação. E a situação só ficou ultrapassada quando lhe foi dito que, a ser assim, a Revolução não tinha acabado, que ainda havia tropas nas ruas e que ela ia ser continuada.

A oposição referida manteve-se, inalterada e em ritmo crescente, até as 18,30 horas do dia 14 de Julho de 1982 quando a Assembleia da República, na primeira revisão constitucional, aprovou o artigo 113º da nova Constituição que estabelecia a extinção imediata do Conselho da Revolução sem aguardar a entrada em vigor da restante revisão estabelecida.

Os militares desapareceram, então, da cena política e passaram a assistir, tão calmamente quanto possível, à desagregação das Forças Armadas com a passiva conivência da maioria das chefias superiores. Estas foram atrás de fantasias injustificadas como a aquisição de submarinos, a criação (ainda não concretizada) da Cavalaria do Ar, a redução indiscriminada de efectivos

que conduziu à absurda existência de um oficial general por cerca de 750 militares. Tudo isto conduziu, inveitavelmente, ao desprestigio das Forças Armadas, havendo mesmo muitas vozes a proclamar que não se justificava a sua existência.

Perante esta progressiva degradação, muitos militares começaram a compreender que era indispensável intervir na vida política não 56 no que se refere aos seus problemas específicos mas também no que diz respeito à generalidade dos portugueses. Não se pode esquecer que, antes de se integrarem numa organização de caracteristicas próprias, os militares são cidadãos e, como tal, não podem nem devem alhear-se dos problemas nacionais.

Isto é: os militares não podem ser agentes paridários mas também não devem pactuar com o silêncio, a passividade e o conformismo, que não são modos de estar na vida como afirmou, e muito bem, o coronel Manuel Cracel, presidente da Associação dos Oficiais das Forças Armadas (AOFA).

Por isso as críticas recentes são justificadas plenamente, pois estão em causa principios fundamentais aportados pelo 25 de Abril que foi feito pelos militares para estabelecer um Portuga não tenham surgido durante a vigência do anterior Governo que, embora tenha desenvolvido uma ação assinalável em determinados aspectos, acabou por conduzir o País à situação crítica com que actualmente nos debatemos.

E essa mesma atitude de contestação já deveria ter sido manifestada muito antes quando ocorreram situações perfeitamente incompreensíveis de que são exemplos:

 - A reconstituição de carreiras dos oficiais afastados por oposição ao 25 de Abril, decretada no tempo do primeiro-ministro Cavaco Silva;

 - A inclusão de elementos da PIDE/OGS na relação dos merecedores de pensão suplementar especial por altos serviços prestados à Pátria ocorrida, também, no mandato do Dr. Cavaco Silva;

 A sobranceira ausência de qualquer resposta ao requerimento deliberadamente apresentado pelo major Salgueiro Maia no sentido de ser integrado na relação atrás citada:

- À promoção a brigadeiro do coronel Lemos Pires não obstante o seu controverso comportamento como comandante-chefe, em Timor; - As promoções a brigadeiros (ou major-general) dos coronéis Pires Veloso (pseudo heró auto proclamado no seu livro "O Norte e o 25 de Novembro") e Jaime Neves (esta já na Presidência do Dr. Cavaco Silva), pois eles não es aguentaram no Curso de Altos Comandos para promoção a oficial general.

E isto enquanto os legítimos militares de Abril foram lançados ao ostracismo, só vendo as suca carreiras reconstituídas quando o Eng. Guterres era primeiro-ministro e sem que nunca as chefias lhes tenham atribuído qualquer galardão de reconhecimento.

De tudo isto se conclui que não está em causa a existência ou ausência de vocação para ser membro das Forças Armadas. Estas, peias suas missões próprias, exigem características especiais que impõem certas restrições à intervenção política. Mas quando esta é necessária não pode ser el liminada com a pretensa iustificação de



que os militares não são políticos. Se estiverem em causa a solidariedade, a justiça social e a democracia essa intervenção é indispensável e imperiosa.

Face ao que se afirmou, parece que é o ministro da Defesa Nacional que não tem vocação para desempenhar as suas funções pois não compreende (ou não quer compreende...) as motivações dos militares. Não deveria, portanto, abandonar o seu posto? Isso, certamente, não seria considerado deserção. E poderia, então, ferquentar nas escolas militares superiores uma cadeira de Deontologia em que estivesse especificamente incluido o tema "O Papel das Foças Armadas em Democracia", Talvez, assim, apren-

Economia comunitária e solidária

J. VILLALOBOS FILIPE

I. BREVE REFERÊNCIA À SITUAÇÃO DO PAÍS

Portugal está a ser governado por uma equipa de políticos incompetentes, ignorantes do que é o país real, com falta de experiência política, e autistas dada a insensibilidade social que manifestam quando enunciam as gravosas medidas de combate à crise e ao endividamento externo com que fustigam os portugueses. Medidas de austeriade para equilibrio das contas públicas e retoma do desenvolvimento ou para castigo mortificador dos pecaminosos portugueses que sonharam evoluir para uma economia mais próspera e socialmente mais justa quando aderieram à União Europeia?

E o autismo dos responsáveis políticos é manifesto pois têm baseado a sua actuação em medidas do lado da receita descurando as contrapartidas do lado da despesa, o que resulta em falta de equidade, diminicião do poder de compra e da qualidade evidado so portugueses, quebra da produção económica nacional essencialmente vocacionada para o mercado interno e impedem o crescimento da economia.

É assim que estão a ser impostas medidas inauditas e limitadoras das relações de trabalho sem que os portugueses vejam os resultados de tantos sacrificios, a não ser o empobrecimento e o aumento do desemprego, nomeadamente dos mais jovens e mais bem preparados academicamente, o que conduz à angústia, à dependência, à fome, à destruição do Estado Social, com partícular incidência na população mais idosa e com pensões mais baixas.

Aliás, os pensionistas são os mais afectados porque mais frágeis e com menor capacidade de resistir ao esbulho a que estão sujeitos nas suas pensões, as quais lhes pertencem por direito próprio, fruto do seu trabalho ao longo de toda uma vida para a sociedade a que pertencem. O procedimento deste governo é imoral, totalmente subjugado à Troika e excede, nas palavras de Bagão Félix, "todo o decoro ético".

Com efeito, a situação social atingiu um grau insustentável com o agravamento das condições de acesso na saúde, os cortes nos vencimentos, o congelamento do salário mínimo, os cortes nos subsídios, o agravamento do IVA e do IRS, enquanto o desemprego no segundo trimestre de 2012 atingiu 15 por cento da população activa portuguesa tendo-se registado um aumento homólogo de 22,5 por cento que representa mais 7.600 pessoas desempregadas (INE, 14 de Agost de 2012), agravado pelo facto de o número de empregados registar uma tendência para diminuir, apresentando uma variação homóloga para idêntico período de -4,2 por cento, ou seja menos 204.800 pessoas.

Os desempregados jovens, muitos com qualificações académicas de nível superior, sem perspectivas de vida, são aconselhados à saida do pais, emigração considerada como uma oportunidade, reeditando a epopeia da década de sessenta. Quase metade (49 por cento) dos jovens portugueses activos com menos de 25 anos estão afastados do mercado de trabalho (234.000), enquanto 56 por cento dos jovens considerados como empregados tinham contratos a prazo.

Esta situação de desemprego da população portuguesa, que não repugna seja ainda superior ao retrato que o INE nos transmite e que continuará a aumentar, é a componente mais trágica destas políticas de austeridade que correspondem ao cumprimento de um programa imposto do exterior que aposta na diminuição dos salários, na constituição de um exército de reserva de mão-de-obra barata e na desarticulação do frágil tecido das PME's, sustentículo da actividade da economia portuguesa. A situação do país é dramática no que toca ao crescimento económico com uma recessão que poderá atingir os 4 por cento no final do ano (brutal), prolongando-se por 2013 com um crescimento negativo previsto de 1 por cento. Será possível lá chegar apesar de todos os sacrificios?

Com a perspectiva do não cumprimento do défice orçamental que em Junho era de 6.9 por cento enquanto a meta proposta para o final do ano é de 5.0 por cento, novos sacrificios se anunciam. Os portugueses estão no limite dos cortes tendo já havido este ano uma redução de consumo de mais de 10 por cento em bens alimentares e de quase 40 por cento no sector não alimentar. No 2" trimestre registou-se uma quebra de 3.3 por cento no PIB, enquanto: «em oito meses faliram 4.38 empresas este ano em Portugal. Em igual período do ano passado esse número era de 2.932. Os sectores mais afectados foram a Construção – 638, por cento; o Comércio a Retalho - 56.3 por cento: Restauração e Similares - 77.78 por cento: Indústria do Vestuário - 26,92 por cento: Fabricação de produtos Metálicos - 90.16 por cento». E novos aumentos de impostos são anunciados para o Orcamento de 2013, apesar dos resultados avassaladores das medidas anteriores que só pioraram a situação e nas quais apenas os actuais governantes dizem acreditar e dos avisos de vozes credenciadas como recentemente o prémio nóbel da economia em 2008, Paul Krugman, o qual na cerimónia com que foi distinguido por três universidades públicas de Lisboa, defendia que «mais austeridade só piorava as coisas». E assim se vai cumprindo, a par e passo. o caminho para o colapso da economia real...!

Relacionado com a situação económica do país, nomeadamente com o desemprego da população que reputamos como o aspecto mais gravoso, duas outras componentes merecem ser referidas: A questão da desertificação dos territórios do interior e o desenvolvimento nesses territórios de actividade económica comunitária e solidária que permita a fixação de pessoas no interior.

II. A OUESTÃO DO INTERIOR DO TERRITÓRIO

O grave problema do declínio do interior prende-se com vários factores de que se salientam o declínio da taxa de fertilidade e o decréscimo de população atraída para o litoral, acompanhado pelo envelhecimento da população que permanece e pela desertificação das aldeias. Segundo o Prof. Mendes Baptista, «O interior não tem densidade económica... Não há mercado, não há poder de compra, não há empresas... A falta de densidade económica do interior é, assim. acompanhada por uma grande vulnerabilidade a factores externos, em particular no que respeita ao financiamento da economia regional,» Mas o quadro de fragilidades referido não pode fazer olvidar as enormes potencialidades endógenas que não se limitam à agricultura ou à densa mancha florestal que este ano foi atingida violentamente por uma sucessão de incêndios, potencialidades que se alargam ao plano dos recursos naturais do subsolo, da paisagem. do termalismo, da fauna e flora, do artesanato, da arquitectura, do património histórico de que a recuperação das aldeias históricas de Portugal na Beira Interior (10) é uma notável intervenção no património rural do país, sem esquecer o "saber fazer" e a "cultura", presentes nos que ainda permanecem.

Em síntese, o interior deve ser considerado menos como um "espaço problema" mas mais como um "espaço de oportunidades", espaço de importância vital face aos actuais problemas de perda de soberania e de crise social do país, caracterizado pela sua extensa litoralidade e que sempre se preocupou mais com o seu "umbigo" do que com a harmonia equilibrada do seu todo nacional. Apesar da gravidade do momento que atravessamos, continuamos a dar major atenção ao exterior de que não advém solidariedade antes a exigência de pesados sacrificios, enquanto continuamos amarrados a políticas, como no caso da agricultura, que foram desenhadas para regiões totalmente diferentes do território português.

O interior do país não pode limitar-se a ser ponto de passagem de "túneis" (auto-estradas) por onde passam os produtos económicos de outros países que acedem livremente aos nossos mercados, contribuindo para deprimir ou mesmo destruir as nossas actividades. Não é aqui o espaco para falar das políticas que se aplicaram, ou não, ao interior durante os anos recentes. Claro que existirão diferentes níveis de actividade, requerendo medidas diferenciadas, Aqui, porém, apenas irei fazer referência a um tipo de actividade económica que poderia constituir uma modalidade de desenvolvimento rural e valorização do potencial endógeno e que poderia contribuir para fixar população no interior do país, nomeadamente jovem, para o que seria importante um quadro de incentivos à fixação de residência no interior.

Refiro-me à economia comunitária e solidária questão abordada pela Prof. Manuela Silva em anterior conferência sobre "A Economia Portuguesa com Futuro", que «aponta para um papel determinante da economia comunitária/social/solidária na superação da actual crise e na construção do futuro, com base no associativismo social, no acesso ao crédito e ao apoio. técnico, com vista à inclusão laboral e social, à satisfação das necessidades humanas e urbanas e à sustenta-

Existem já bastantes iniciativas nestes domínios, como resposta às múltiplas falhas do mercado nos domínios culturais, ambientais, territoriais e à incapacidade do mercado conviver com a democracia. constituindo uma resposta de construção alternativa da economia face à constatação da crise ideológica e material do Estado Providência, envolvendo projectos políticos que se traduzem na gestão democrática interna e na mobilização do espaço público (ex.: Terra Chã - Rio Major) e numa nova forma de governança, envolvendo Estado, empresas e organizações locais das populações.

Faco referência apenas a mais duas iniciativa neste domínio, a ESDIME (Messejana): Trata-se de um projecto de desenvolvimento local que já dura há 23 anos com dois grandes vectores - democracia e justica - orientado para as pessoas. Iniciado como projecto de formação transformou-se num projecto de investimento pessoal, envolvendo: empreendorismo, educação, formação, cidadania, população jovem e a criação de um banco de ideias; a ANIMAR, funcionando em rede na promoção da igualdade de oportunidades, no acesso ao desenvolvimento da qualidade de vida e na redução das assimetrias, envolvendo mais de 150 parceiros e associados, através de projectos de certificação, qualificação e animação do Desenvolvimento Local

Neste domínio o papel do Estado nem sempre tem sido o melhor. Eis a questão...!

Os desempregados iovens. muitos com qualificações académicas de nível superior. perspectivas de vida, são aconselhados à saída do país, emigração considerada como uma oportunidade. reeditando a epopeia da década de sessenta

Acabar com a paranoia que nos meteram na cabeça

CARLOS PEREIRA MARTINS

MOVE-ME UM PROPOSITO CONSTRUTIVO, de ajudar, dentro do possível, a encontrar soluções, para acabar ou minorar a gravíssima crise com que nos confrontamos e que ameaça muito seriamente alargar-se a todos os Estados membros da UE, que mina os alicerces e princípios fundadores do projeto europeu, o modelo social europeu e as próprias democracias.

Antes de mais, porque de matérias de natureza económica se trata, convirá ter presente que a economia é uma ciência social, não uma ciência exata.

Significa isto que qualquer fenómeno económico, qualquer factor que seja mexido, qualquer alteração numa política tem repercussões em variadissimos outros factores e aspectos da realidade económica no seu todo.

Significa também que não dou crédito, por regra, a quem sobre matérias económicas tem verdades adquiridas e age ou comunica como se de ciências evatas se tratasse

A história muito recente do País mostra isso com toda a clareza. Tudo tem implicações em quase tudo e quando se opta por atuar com um determinado instrumento, os impostos, o fator mão-de-obra-salários, emprego, consumo, etc., surgem comportamentos muitas vezes tidos por inesperados ou suprecendentes exatamente porque não foi tido em conta que se trata de uma ciência social.

Tenho, de facto, as maiores reservas em relação a quem apresenta opiniões em matéria económica como se de atos de fé se tratasse ou de verdades inquestionáveis.

Como economista, membro do Comité Económico e Social Europeu, conselheiro do Conselho Económico e Social português, tenho acesso a vasta informação que não posso deixar de ter presente e dela fazer uso para o bem comum, para a causa e defesa do interesse público.

Como economista, considero, com fundamentos técnicos, que há um erro na formulação de prioridades recentemente anunciadas no sentido de superar as dificuldades atuais da economia portuguesa e lograr relançar o país no sentido do crescimento e do equilibrio das contas nacionais.

Não creio que devam manter-se expectativas tão ele-

vadas nas exportações, como os responsáveis governamentais pelas politicas económicas recentemente anunciaram.

É verdade que existem, presentemente, novos destinos de exportação para os bens e serviços produzidos em Portugal mas, o seu peso no conjunto das exportações portuguesas não tem ainda o significado que se pretenderia. Os principais mercados de de destino das nossas exportações estão, também eles, em grande queda e com perspetivas muito pouco animadoras já para o muito curto prazo.

Espanha é, por tradição e por razões geográficas, o nosso mercado natural e tudo indica que muito proximamente não venha a registar melhorias significativas em relação às quebras que já hoje se observam.

Os restantes mercados do centro da Europa e mesmo da chamada europa de leste e os periféricos, acompanham esta tendência.

O próprio Brasil, terá, a meu ver, tempos dificeis a não muito longo prazo já que todos os indicadores confirmam a existência de uma bolha imbolilária e de concentração de risco e elevada alavancagem do sistema financeiro que nos deve levar a estar atentos.

Infelizmente

A forma de melhor contribuir para o relançamento da economia portuguesa e para minorar a elevadissima taxa de desemprego susceptivel de minar seriamente a estabilidade social e a própria democracia, passa pela dinamização estimulos ao mercado interno orientada para a substituição de importações.

Por esta via, não só se conseguirá dinamizar a procune interna, o consumo, principal factor para manter em atividade e dinamizar as empresas e o tecido industrial e comercial, bem como para parar com o ciclo assustador de falências e destruição de emprego, e lançar as bases para a efetiva criação de novos e mais empregos.

Por essa Europa fora e um pouco por todo o mundo foi muito irresponsavelmente alimentada uma paranoia de cortar em tudo, parar com o consumo, poupar sempre mas, medo em gastar fosse no supérfluo fosse no essencial.

A conjuntura ajudou muito na propagação dessa paranoia irresponsável pois muito boa gente que para isso contribuiu e contribui ainda, tem toda a obrigação de saber e calcular os efeitos devastadores do que está a semear.

É verdade que as pessoas, as famílias, as empresas e os países se viram confrontados com a falta de fundos, com a escassez de meios e com o peso demolidor das dívidas acumuladas.

Neste quadro, é inegável que é necessário fazer esforços de continência nos gastos, sobretudo no que é supérfluo, no que é faustoso e desnecessário, sobretudo no que possa ter origem no Estado, as despesas públicas.

No que seja privado, se legitimo, o consumo deve ser até bem-vindo, não deve ser perseguido.

Daí que um discurso de prudência e de apelo á continência de gastos de quem tem responsabilidades pela condução das políticas, fosse aconselhável e justificado. Mas, a receita aplicada de tudo cortar, de levar tudo e todos a entrar na paranoia de parar com o consumo, fosse ele de que natureza fosse, sendo as pessoas levadas a fazer isso mesmo já que os seus rendimentos lhes vão sendo dia a dia subtraídos ou abusivamente retirados, caso das pensões de reforma que são reservas constituídas pelos próprios, retiradas aos seus ordenados ao longo de uma vida de trabalho, demonstrou-se, uma medida devastadora e corrosiva do tecido social e dos próprios regimes democráticos. Demonstrou-se com toda a evidência, não é uma questão de crença, de ideologia ou de fé, está comprovada pelos factos.

É possivel e legitimo que cada um possa e deva fazer contenção. É afé recomendável. As leis dos grandes números encarregar-se-ão dos equilibrios necessários para que a vida não pare e a espécie se conserve. Não é possivel é que todos parem de consumir ou de produzir ao mesmo tempo. Nessas circunstáncias é o fim anunciado e realizado.

Volto à minha primeira questão, é tecniciamente incorrecto colocar todas as prioridades e expectativas nas exportações bem como no aumento da carga fiscal. A recente cornunicação do executivo, ministro das Firnanças, lançando as linhas básicas das medidas para o Orçamento de Estado para 2013, elegem as exportações e o IRS como as ferramentas essenciais. E, a meu ver, está tecniciamente errado.

É dos compêndios de Economia que os limites superiores de incidência fiscal, de agravamento de impostos, conduzem a uma maior fuga e evasão fiscal, à domiciliação de rendimentos fora do País, ao aumento da economia paralela, dita informal ou negra, à fuga de capitais.

De tudo isto temos já exemplos claros. E muitos. Como economista, partilho da opinião que ao invés de se procurar colocar como objectivo prioritário a redução dos défices, externo e orçamental, o rumo a traçar e os objectivos a prosseguir deverão ser o crescimento e a redução dos níveis de desemprego.

É um erro colocar tudo e todos a "trabalhar para os défices" até pelo simples facto de que os défices, em perentagem do PIB, o Produto Interno Bruto, como é usual medirse, aumentam por si só, mesmo sem que o endividamento aumente, mesmo que não haja recurso a novos compromissos com os credores, apenas pelo facto de o PIB estar a diminuir, a decrescer.

Assim, é evidente que continuar a aplicar cortes sobre cortes nos rendimentos, nos salários e nas pensões, leva à paralisação do consumo, a mais falências de empresas, a mais desemprego, em suma, a menos produção de riqueza.

Logo, diminuindo o PIB e mantendo-se embora o endividamento já existente, é claro que a relação entre a divida e o produto aumenta, logo, estamos a agravar o endividamento.

Não há receitas milagrosas para enfrentar uma crise europeia e mundial até pelo facto de os efeitos das medidas se replicarem por vezes com consequências contraditórias.

O que por agora interessará ter presente é que, como cada vez mais entidades insuspeitas reafirmam, incluindo o FMI, BCE e CE, é que, esta receita de mais austeridade e perda de rendimentos piora a situação do País, leva á desagregação social. Leva à paralisação do Estado e da Economia e pode levar a cenários de perda de paz que há décadas nos empenhamos em arredar.

A questão tem a ver com coragem.

Coragem para tomar opções num contexto de crise grave, do País e de quase todos os Estados europeus e mesmo de outros continentes.

Coragem para eleger outros objectivos e metas que não sejam a austeridade que, está provado, não leva a nada mais que não seja ao agravamento do mal que está estava instalado.

Em muitos Estados membros europeus o despoletar da crise, por sinal, financeira, no inicio e com origem do outro lado do Atlântico, foi aproveitado por quem estava na oposição aos poderes constituídos, para promover a alternância, para conquistar o poder pelo poder, não persando ou prevendo as consequências que daí adviriam.

Ém Portugal não andamos longe disso, as culpas do estado da economia e dos problemas foram simplisticamente colocados em quem estava no poder isolando as responsabilidades da crise europeia e mundial que estava presente.

Há um argumento forte tido por incontestável que é frequentemente utilizado: "mas não havia dinheiro para pagar mais nada nos próximos meses, nem pensões nem aos funcionários públicos nem aos fornecedores do Estado".

Mas isto foi e é o argumento para convencer o eleitorado, para ganhar votos e o poder.

Não pode ser ignorado o facto de o risco associado ao Estado português, devido ao excessivo grau de endividamento, ter chegado a colocar em causa a solvabilidade do próprio Estado. A receita
aplicada
de tudo
cortar,
de levar
tudo
e todos
a entrar
na paranoia
de parar com
o consumo



É evidente que se chegou a uma situação de quase colapso mas é também evidente que outros esti-veram ou estão ainda na mesma situação, e outros aí virão muito proximamente, e alguns deles renunciaram á via simplista de submissão aos predadores dos mercados de divida pública e encontraram vias alternativas sem ter que liquidar a classe média, sem ter que destruir o tecido produtivo e o comércio, sem ter que clocar milhões de ci-

dadãos no desemprego.

Não creio que o problema de Portugal seja um problema de elites. As elites são necessárias e imprescindíveis na exacta medida do aproveitamento das suas escorreitas capacidades e liderança no sentido do crescimento, da criação de valor para a sociedade, das suas capacidades e conhecimentos.

O problema português e de muitos outros países é a condescendência com certas práticas elitistas e

FOTO: Lusa

não apenas das elites que se configuram fraudulentas, que promovem e objectivamente facilitam a corrupção, factor fundamental para o estado a que tudo isto chegou. E, nas condições atuais, em nome da crise, com terreno fetril para proliferar. Vejam-se alguns casos recentes ou anunciados, por exemplo a venda paga de um bano a interesse estrangeiros, promovida por leites nacionais vendidas a esses inte-

Tal como noutros países, agora e em tempos e depressões passadas, há um fenómeno que valerá a pena aqui referir pelo impacto social que tem e pelo efeito destruidor na vida das famílias e no tecido social

Refiro-me ao elevado grau de incumprimento e mesmo de impossibilidade de um número muito significativo de famílias não poder honara os compromissos assumidos pelos créditos à habitação, créditos hipotecários, contraidos nos tempos de pretenso desafogo, ou de normalidade.

Penso que este problema, gravíssimo quer para os devedores que consigo arrastam para situações de deesespero pelo menos os familiares mais próximos, quer para os credores, a banca e o sistema financeiro em geral, só tem solução com uma elevada dose de coragem política.

Há mesmo alguns economistas como o prémio Nobel Paul Krugman ou Stiglitz que a este fenómeno se referem sugerindo a tal dose de coragem política que possibilite uma real redução e perdão parcial das dividas contraídas e o alongamento dos prazos de amortização.

De facto, contra um risco real e iminente de estrangulamento social, sem solução possível pelos métodos convencionais das execuções judiciais e entrega dos imóveis aos bancos, o perdão parcial de divida e a criação de condições para que se retomem os pagamentos e se evite o colapso geral, é uma solução aceitável

Coragem, e muita, é necessária para quem governe e lidere essas políticas já que contará, por certo, com um coro de criticas e de agitação por parte dos sectores mais conservadores ou politicamente oportunistas, baseados na critica fácil que se estará a favorecer quem é relapso, quem não honra os seus compromissos, finalmente, quem vive á custa dos outros.

De qualquer forma, parece-me ser a solução possível e os governantes que ficarão na história são os que, em momentos dificeis, mostrem ser corajosos quanto baste. E terminarei recordando o que escrevi já logo no início: "porque de matérias de natureza económica se trata, convirá ter presente que a economia é uma ciência social. não uma ciência exacta."

Quase todas as críticas feitas aos responsáveis políticos em matéria económica, sejam governantes, oposição ou ao próprio Senhor Presidente da República, repito, em matéria económica, pois da matéria política não me quero ocupar.

Não são sustentadas em termos científicos. Carecem quase todas de fundamentação base científica para que possam ser levadas a sério.

Ácontece é que aparecem pela boca de comentadores políticos, figuras muito conhecidas da opinião pública e que, por isso, são escutadas e muitas vezes levadas a sério e mesmo aplaudidas.

Verdades absolutas, criticas irrefutáveis numa folgica de raciocínio matemático, em matérias económicas não são sérias pois se não levam em conta a natureza dos fenómenos económicos, as implicações em quase todas as outras variáveis, não são sérias, não terão valor científico como se tem vindo a comprovar.

Outra coisa será as pessoas gostarem de as ouvir, vindas de pessoas com reputados conhecimentos que não estão ao alcance de todos.

Outra coisa ainda será as pessoas escutarem, concordarem e até rirem com essas críticas disparadas com alca certeira e afiada.

Mas há que compreender que de uma boa piada e de uma alfinetada bem dirigida, quase toda a gente gosta, sobretudo em períodos de maior melancolia, de dias cinzentos e se o horizonte se anuncia ainda mais tenebroso.

Mas, aí, esses comentadores, não estarão a comentar a sério. Estarão, quando muito, a fazer, conscientemente, palhaçadas.

Está muito em moda referir, a torto e a direito, os economistas como pessoas que apenas fazem previsões no fim dos acontecimentos consumados. Palavras ocas, irresponsáveis mas que fazem rir, claro

Estarão a usar o tempo que através das televisões ou da comunicação social em geral lhes estamos a pagar, contribuindo, aí sim, para o uso dos nossos impostos em proveito próprio para fazer palhaçadas ou jogos de acesso ao poder.

E há que distinguir, sobretudo quando o dinheiro é mais escasso, se queremos palhaços ou técnicos, gente de ciência ou bobos.

UTOPIA, PRECISA-SE...!

MANUEL BARBOSA PEREIRA

Trinta e oito anos depois de Abril, Portugal sofre o pesadelo de uma invasão estrangeira com as armas pesadas da austeridade sem fim e do saque desenfreado dos "activos" nacionais e haveres da população. Uma guerra de novo tipo precedida que foi por açções internas de sabotagem levadas a cabo por "cavalos de Troika" residentes que destruíram em duas décadas o potencial económico e social do país. Esgotados os adjectivos e os superlativos para qualificar (e quantificar) tamanha calamidade, a hora é de tocar a reunir os patriotas dispostos a passar à resistência activa... Entretanto, partilho a reflexão pessoal de uma outra dimensão suscitada por este drama.

ESPÉCIE HUMANA

A premência de dominar um habitat hostil e minimizar o impacto nefasto dos fenómenos naturais terá sido o primeiro grande desafio que a espécie humana teve de enfrentar. Defenderse das ameaças e ultrapassar os obstáculos que lhe condicionavam totalmente a existência foram assim objectivos primordiais dos vulneráveis primatas que começavam a destacar-se das outras espécies animais pela posse da centelha misteriosa da Inteligência... As limitações individuais face às exigências da luta feroz pela sobrevivência cedo terão levado à associação espontânea dos homens como única forma de garantir a satisfação das suas necessidades vitais. Nesta cooperação em prol da segurança e da subsistência colectivas residirá porventura a génese das organizações humanas e traduz, desde logo, o reconhecimento do primado do social sobre o individual.

Com efeito, esta natureza "social" atribuída ao homem fruto do Instinto ou já da consciência, cristaliza a breve trecho a noção de um destino mais alargado partilhado por todos os homens. Destino forjado nas ameaças comuns e na ignoráncia do vasto mundo que so rodeava, a razão nascente começa a interrogar-se também sobre a origem e finalidade da sua própia existência. Fatalismo biológico ou mesmo cósmico para Fatalismo biológico ou mesmo cósmico para

uns ou imperativo da necessidade para outros. a obsessão de encontrar resposta para tais questões não mais o abandonaria. A despeito das vicissitudes dos milénios de evolução, estas interrogações fundamentais iriam permanecer sempre vivas no espírito dos homens, continuando a ser veiculadas de geração para geração até hoje pelos majores vultos da humanidade de todas as épocas. Não foi ainda descoberta é certo, a fórmula mágica que permitirá um dia (?) realizar tal destino colectivo. Um destino digno da única espécie dotada das enormes capacidades que permitiram transformar o habitat primitivo de forma tão radical! Um destino que a Razão obriga a situar acima das tarefas e lutas efémeras da vida quotidiana, reféns que estiveram os homens durante milénios do ciclo vicioso e inglório do "nascimento, sobrevivência e morte". Um ciclo que se justificava na noite dos tempos quando a luta pela sobrevivência se impunha como única prioridade. Com a descoberta da agricultura e depois da pecuária, o clã conquista a segurança e a abundância da vida sedentária e abandona o nomadismo. Com as necessidades tradicionais satisfeitas, a economia de mera subsistência é ultrapassada e começa mesmo a gerar excedentes de produção graças aos progressos conseguidos na organização e na especialização do trabalho, até aí todo ele colectivo. Foi quando a propriedade deixou também de ser colectiva e a solidariedade caiu no esquecimento, perdida a memória dos grandes Pioneiros que descobriram o Fogo e a Roda para beneficio de todos os clas. Foi afinal quando os humanos deixaram de ser iguais! Deixaram que os inventores da exploração emergissem das trevas travestidos de profetas da primeira das religiões - que hoje tem o nome de acumulação. O sustentáculo doutrinário dos arautos inaugurais da ganância radicava na falácia ainda hoje propalada, de serem fatalismos inerentes à espécie humana tanto a desigualdade entre os homens como as próprias superstições e crenças primitivas filhas da ignorância. Embuste logo transformado em conveniente dogma pela nova casta de "feiticeiros" no poder. A desigualdade entre os homens foi assim suportada desde



o início, por uma crenca ou religião a quem cabia pregar a resignação nas desgraças e sofrimentos "deste mundo" em troca de uma hipotética igualdade e recompensas (celestiais!) no "outro mundo". Conforme as épocas e latitudes, tal patranha assumiu diferentes matizes no reforço da ilusão de uma pretensa igualdade... perante o(s) deus(es). Após a morte!

Entre nós este equívoco foi alimentado entre outros, pelo chamado humanismo renascentista que decretou "o homem como centro do universo e origem e finalidade de toda a criação" teoria cedo desmentida pela ciência da astronomia já no século XVI que valeu a Giordano Bruno a terrível morte na fogueira pela mão da tenebrosa Inquisição que geria o obscurantismo neste cantinho ocidental de um mundo com civilizações várias vezes milenárias. Com este martírio - a que Galileu escapou por pouco - comecaram por fim a dissipar-se lentamente as nuvens que encobriam esta minúscula nave baptizada "Terra" que nos transporta pelo Cosmos protegida pela sua atmosfera, integrada num sistema planetário que gravita à volta de uma estrela de reduzida dimensão. Um sistema vagamente excêntrico na periferia de uma galáxia também ela de dimensão mediana no conjunto dos biliões de galáxias em movimento que o universo "visível" nos oferece...

ORGANIZAÇÕES HUMANAS

O conhecimento desta relatividade universal não reduziu contudo, a terráquea realidade à

sua modesta dimensão. Apesar das capacidades quase ilimitadas de produção dos bens e serviços essenciais - conquistadas com a revolução científica/ tecnológica em todos os domínios - a desigualdade e a exploração não foram erradicadas do planeta nem a auto-suficiência material global logrou acabar com as crises e conflitos permanentes que sempre as sustentaram. Ao invés. assistimos hoje ao reforço, sem paralelo na História, das oligarquias monopolistas que desviam e delapidam sem cessar recursos incalculáveis, indiferentes à exaustão crescente do planeta e à miséria extrema de mais de metade da humanidade. Minorias que controlam os poderes fácticos - financeiro, económico, político, judicial, mediático... - que roubam todos os dias o Futuro às novas gerações. Uma teia desumana, laboriosamente tecida pelos sumo-sacerdotes da acumulação que só reconhecem os humanos na condição de consumidores ou contribuintes! Um poder perverso concentrado em poucas mãos que fabrica necessidades artificiais e ameaças reais, para lucrar a seguir nos meios para satisfazer umas e aniquilar as outras. O caminho que ditou o retrocesso do homem à autêntica servidão feudal... Impensável no século XXI d.C!

Um poder dantesco que não hesita em provocar guerras milionárias de destruição para impor contratos bilionários de "reconstrução" e saquear as riquezas dos vencidos. Um poder acima de todos os Estados, ancorado que está num sistema financeiro global tentacular que controla todos os recursos e todas as mentes através do embuste porventura mais clamoroso da história das civilizações. Uma fraude gigantesca que despojou os Estados e transferiu para bancos (privados) apelidados de "centrais", o monopólio da emissão da moeda mundial. Massa monetária (quase toda virtual), logo transformada por um golpe de mágica em dívida (pública e privada). Dívida colossal – perpetuamente em expansão - acrescida que é por elevados juros/serviço anuais que geram lucros agora trilionários. multiplicados que são ainda na voragem da especulação bolsista manipulada pelas agências de rating às ordens do sistema. Uma prática aterradora que devolve a majoria dos homens ao ciclo original da luta pela sobrevivência e lhes consome a energia e a esperança, adiando sempre a felicidade possível. Seguros da impunidade, os autores de tais crimes - no tempo real onde se esgotam todas as vidas - ou adormecidos outros na quimera das recompensas após a morte, o homem esqueceu os objectivos comuns que geraram as suas organizações ancestrais e consentiu nas armadilhas monetaristas que o reconduzem agora de novo à escravidão. Qual avestruz para não olhar as estrelas, age como se o futuro se jogasse no quintal.

Se a razão sugere assim que o homem, tão só, nada tem a ver com a origem e finalidade do Universo: se a razão tende a recusar que o ciclo biológico da vida se possa renovar sem limites e constituir um fim em si mesmo; a mesma razão parece também excluir que seja outra que não o Homem - tanto a origem como a finalidade das organizações por ele criadas. Consciente ou não de objectivos mais longínquos ou transcendentes, é de facto nas suas organizações temporais que realiza a vocação social e pode aplicar as suas opções de cidadania. É nelas que aperfeicoa as aptidões e pode contribuir com a inteligência e convicções pessoais para alcancar dignidade igual na sua espécie e encurtar o compasso de espera para visar voos mais altos... As organizações humanas têm sido, na verdade, alavanca insuperável para potenciar os esforcos individuais e concretizar projectos cada vez mais ambiciosos. Para o bem e para o mal, elas têm-nos dado de tudo. Dos pesadelos de Hiroxima e Nagasaki às radiosas incursões no futuro que a revolução tecnológica/científica e a exploração do espaço nos oferecem todos os dias.

Dos clās primitivos aos estados modernos; das oficinas medievais às transnacionais do presente; das crenças primitivas às seitas e religiões actuais; dos exércitos irregulares aos modernos complexos industriais/militares... as organizações humanas com efeito, não pararam de evoluir.

Tanto na estratégia como no modus operandi. Detentor de capitais ilimitados por via do monopólio do fabrico do dinheiro e do esquema da dívida, não foi portanto difícil ao sistema financeiro imperial dominar as demais organizações - incluindo Estados soberanos- e impor o modelo de desumanização e empobrecimento em curso no planeta. Adquirido passo a passo o domínio imprescindível da comunicação social, seguiram-se os restantes factores estratégicos com crescimento exponencial na era da globalização: participações cruzadas, parcerias estratégicas, SGPSs, paraísos fiscais, deslocalização de indústrias e sedes fiscais, desregulação de bancos e bolsas, legislação "à medida"... Daí o crescimento ao mesmo ritmo de vectores operacionais como: a especulação bolsista: evasão fiscal: branqueamento de capitais: enriquecimento ilícito: burlas e saques "legais"; privatizações a preços de saldo, ajustes directos, tráfico de influências... Do crime organizado em geral e do colarinho branco em particular.

Entre os sistemas organizacionais mais complexos e vitais neste processo de verdadeira destruição civilizacional, avulta o domínio dos Estados modernos através da captura ardilosa ou nomeação directa (sem eleições) dos seus dirigentes. Integrem esses estados subsistemas regionais ou seiam eles integrantes dos diversos supersistemas existentes já dominados por esta via, como acontece nas diversas instituições da União Europeia, no FMI, no BM... Domínio vital porque se apropria da legitimidade formal para implementar os habituais programas de austeridade cruel e saque generalizado. "Legitimidade" que confere acesso directo aos recursos e "activos" dos países e das populações e garante a impunidade através do exercício da autoridade "legal" dos poderes executivo e legislativo, do poder judicial e do comando das forças de segurança. E no limite, o comando directo das forcas armadas sempre que os restantes poderes se revelem incapazes de se impor aos Povosalvo reféns dos sinistros programas de austeridade.

CONCLUSÃO

Reconhece-se, obviamente, que a visão do mundo (e do país) atrás aflorada está longe de ser animadora. Especialmente para aqueles que assumen o mesmo inimigo e sentem a mesma premência dos combates para o derrotar. Visão que não será ainda partilhada pela massa crítica de cidadãos do mundo que é imprescindível para derrubar o poder tremendo que sustenta esta o planetária. O mesmo se passará com os patriotas até agora ausentes nesta guerra sem quartel que é movida contra a esmagadora maioria dos portugueses. No extremo oposto, estarão aqueles que negam a existência da ameaça, reduzindo-a - por conivência ou cumplicidade a meras fantasias das teorias da conspiração. Coniventes, a clientela orgânica que beneficia de mordomias avultadas e de acesso limitado ao Erário público corrente; e cúmplices, os padrinhos com "direitos" ilimitados assim como os especialistas artífices da blindagem "legal" e contratual que a todos assegura impunidade vitalícia(?). Nas operações dos milhões sacados em ajustes directos, derrapagens de obras públicas e demais contratos milionários da Administração central e local, é voz corrente que só 20 por cento chegam a dar entrada nos cofres do partido "patrocinador", perdendo-se em contas off shore o rasto dos restantes 80 por cento. Um dos muitos exemplos gritantes entre nós, foi o contrato assinado por um instituto público em 21/04/2010. no valor de € 20.191.227,00, para "aquisição de tinteiros e tonners"

A corrupção generalizada e a gigantesca desproporção das forças em presença concorre, naturalmente, para este panorama pessimista onde não se vislumbra qualquer luz ao fundo do túnel. O monopólio da comunicação social e a prática sistemática da censura são armas poderosas para divulgar apenas conteúdos falsos, parciais ou estupidificantes. A denúncia e debate dos factos e acontecimentos reais relevantes é quase sempre excluída dos horários nobres e relegada para órgãos de reduzida audiência. A Internet resta assim como único meio para encontrar informação alternativa sobre os eventos mais significativos da humanidade - presentes e passados - bem como toda a informação importante sobre qualquer área do conhecimento. Informações, reportagens, debates e intervenções que nunca chegam a nossas casas pelas dezenas de canais da TV e que a pesquisa fácil de CVs na Internet permite confirmar da credibilidade dos seus autores - onde abundam cidadãos americanos laureados com o prémio Nobel, reputados cientistas, iornalistas e outros. Não se justifica portanto nos dias de hoie deficites de informação em matéria de tanta responsabilidade. Cabe a cada um, pois, a opção de se informar e/ou esclarecer. Caberá a cada um exercer (ou não) o direito de Cidadania. E do patriotismo!

Depois da República de Platão e da obra de Thomas More no século XVI, tornou-se lugar-comum classificar como "utopia" qualquer projecto de sociedade ideal por se afastar demasiado do status quo e paradigmas em vigor. Ambição e perfeccionismo conceptual parecem contudo obrigação indeclinável em matéria com tanto impacto no Futuro e bem-estar da pessoa humana. E também na pesquisa de soluções para

o magno problema da preservação de um planeta em rota de extinção, do qual todas as gerações dispõem apenas de contrato de arrendamento. Mormente, quando é evidente a necessidade imperiosa de um novo modelo de sociedade baseado na abolição dos sistemas monetaristas escravizantes e numa economia de recursos renováveis para satisfação das verdadeiras necessidades da humanidade. Uma UTOPIA capaz de enformar finalmente a (des)construção do "admirável mundo novo" da premonição clarividente de Aldous Huxley. Através da construção de um Novo Homem e da desmontagem radical do modelo com alfas e betas já em serviço... Uma utopia centrada na equidade da distribuição

da riqueza e na construção colectiva da felicidade

A falência até hoje de todas as ideologias e sistemas políticos - por omissão ou convicção em prosseguir estes obiectivos, está a matar toda a esperanca de um futuro melhor para a humanidade. É tempo portanto de reabilitar a utopia e incentivar a sua gestação. Fazem falta propostas estruturadas de novos modelos de sociedade. vacinados de raiz contra os "valores" perversos do capitalismo selvagem que campeia no mundo inteiro. Há que ter, no entanto, a coragem de abandonar o logro impossível do crescimento económico permanente de todas as economias e do consumismo suicidário decorrente deste mito. Programas ambiciosos de implementação - sem os erros fatídicos do passado - seriam requisito obrigatório para recuperar os valores perdidos desta civilização moribunda. Só possível com um Homem Novo, métodos novos e novas organizações. Organizações humanas!

Termino com o estado de Portugal nesta 5ª avaliação da execução do Memorando assinado com a Troika pelos três partidos "coveiros" do país. Embora destinado a "recuperar a confiança dos mercados e saldar a dívida e o deficit" os resultados da austeridade foram nefastos; aumento do desemprego para 16 por cento; aumento da dívida para 120 por cento do PIB; aumento do deficit para 6,2 por cento; e 90 por cento da soberania alienada com aumento exponencial do fosso entre portugueses ricos e pobres... Todos sabemos - e os credores também - que o montante de tal dívida é impossível de pagar e que mais de 60 por cento é dívida ilegítima e odiosa, contraída em conluio entre as partes contratantes, com corrupção e traição nacional à mistura. Daí que a única alternativa justa e patriótica para honrar a dívida legítima (40 por cento?), nunca poderá ser mais, da mesma austeridade (!), mas antes a sua reestruturação imediata pelo prazo mínimo de dez anos. Com ou sem ameaça de represáA corrupção generalizada e a gigantesca desproporção das forcas em presenca concorre. naturalmente. para este panorama pessimista onde não se vislumbra qualquer luz ao fundo do túnel

Crítica com sinceridade a um sincero amigo

PAULO AL MEIDA

Só a muita estima que tenho pelo meu amigo Jorge Buescu me leva a comentar o seu recente livro intitulado "Matemática em Portugal - Uma Questão de Educação", editado em 2012 pela Fundação Francisco Manuel dos Santos, e não fosse o facto de vir a ter o livro uma garantida repercussão, por estar inserido numa coleção com grande distribuição, ter-me-ia limitado a uma carta ou conversa pessoal para Îbe transmitir a minha decepção ao lé-lo, e faria então minhas, devolvendo-as, as palavras que o Autor me dirigiu numa leal carta em 16 de Abril de 1991: "o que vais ler é algo que só se diz a um amigo, donde o tom".

Jorge Buescu enuncia com clareza a tese central do seu ensaio: a irrelevância de Portugal do ponto de vista matemático deve-se "à permanente mediocridade histórica do ensino das ciências em Portugal em comparação com os países europeus desenvolvidos" (p.20); da leitura do livro é como se de uma fatalidade meteorológica se tratasse, nunca verdadeiramente inquirindo as causas da causa. E adoptou o Autor uma estrutura narrativa baseada numa figura clássica de retórica: inventou um interlocutor colectivo imaginário a quem atribuiu uma série de ideias simplistas configurando o que chama uma "narrativa convencional" sobre a história e o desenvolvimento da matemática em Portugal, de modo que a desmontagem dos dislates do suposto interlocutor se torna obviamente um figo; afirma o Autor por exemplo: "De acordo com a narrativa convencional, após um «apogeu» no século XVI, culminando em Pedro Nunes, as ciências matemáticas em Portugal teriam conhecido uma «decadência»", mas quem, se não um interlocutor imaginário, referiu esse caminho matemático ao «apogeu»? não é bem sabida a singularidade de Pedro Nunes, como maior matemático ibérico do seu tempo? A estratégia do Autor é de uso comum na demagogia de certos discursos políticos ou nas discussões futebolísticas -- que o Autor sabidamente bem conhece -- n é inaceitável como elemento estruturante de um ensaio que vise uma parcela de verdade.

A verdade histórica, quando descontextualizada é fatalmente substituída por "falsas verdades" de fácil aceitação, sobretudo se apresentadas em tom firme e dispensando o contraditório, como estas duas a seguir mencionadas para exemplo: que a Inquisição "teve um efeito nulo sobre o desenvolvimento da Matemática em Portugal", 15-33, que "Ñão há elementos factuais que indiciem qualquer envolvimento do regime político no exílio auto-imposto de [Aniceto] Monteiro" (p.18). O obscurantismo da Inquisição 300 anos) e da Ditadura do Estado Novo (48 anos) são para o Autor "questões acessórias" (p.20). Ora não sáol!! São questões principais!!!

José Anastácio da Cunha, segundo o Autor "o nosso maior matemático desde Pedro Nunes" (p.58), foi perseguido obstinadamente pela Inquisição, condenado a três anos de prisão e a quatro de degredo, saindo em auto-de-fé, embora só cumprisse dois anos preso graças à protecção que tivera do Marquês de Pombal no passado e dos seus acólitos ainda poderosos depois da demissão deste, e certamente se revolveria na sua desconhecida sepultura ao saber do livro de Iorge Buescu; depois dos estudos que o malogrado jovem João Pedro Ferro dedicou ao assunto, publicando nomeadamente "O Processo de José Anastácio da Cunha" -num tempo em que, como se lê no processo, era proibido "louvar os Filozofos modernos como Neuton, Vultaire, Rouseau [sic]" - só por má-fé ou cegueira se admitirá que a Inquisição teve um efeito nulo sobre o desenvolvimento da matemática em Portugal. António Aniceto Monteiro, que foi segundo o Autor "o maior matemático da sua geração" (a que floresceu cerca de 1940), que teve que recorrer a um exílio de 32 anos e cuia epistolografia não deixa dúvidas quanto ao futuro que lhe estaria

reservado caso se não exilasse - a expulsão da Universidade! que por ironia do destino viria a conhecer por efeito de outra ditadura, na Argentina - só poderia responder com um "Desculpe mas não respondo" caso fosse solicitado a comentar o que a seu respeito escreveu Jorge Buescu, usando a fórmula parcimoniosa que reservava às ligeirezas. Num livro sério sobre "A Matemática no Brasil - História de Seu Desenvolvimento" da autoria de Clóvis Pereira da Silva, ao recordar que "Por discordar da política do governo de seu país, António Monteiro foi perseguido e obrigado a deixar Portugal" e precisando que "Em 1947, o governo fascista português desencadeou uma das majores ofensivas contra a universidade portuguesa, conseguindo reduzir em muito as atividades matemáticas em Portugal", diz a dado passo esse autor: "Por motivos que desconhecemos, o reitor da Universidade do Brasil, professor Pedro Calmon, não renovou em 1949, o contrato de António Monteiro" acrescentando "A história da não-renovação do contrato do dr. António Monteiro pela Universidade do Brasil ainda está por ser escrita": Jorge Buescu esclareceuse ao ser informado que "o dossiê de Monteiro na PIDE inicia-se em 1967" mas António Aniceto Monteiro, fonte mais segura, confiava a quem quisesse ouvir, o teor da história: interferência da polícia política portuguesa (PIDE) junto à Embaixada de Portugal no Brasil, Não basta pois dizer que "a hostilidade que Monteiro enfrenta provém do meio académico" (p.82) mas é importante referi-lo; indignava-se António Aniceto Monteiro em carta a Abel Salazar em 1942 com os "gangsters da ciência portuguesa que pontificam nesta Faculdade", referindo--se à Faculdade de Ciências de Lisboa, a respeito da qual confidenciaria numa carta a Alfredo Pereira Gomes, em 1977 que "a de Lisboa parece que não mudou muito com o tempo"; não sendo evidentemente aquela Faculdade fenómeno isolado ficamos curiosos em saber qual seria hoje a sua opinião acerca da Universidade em geral em Portugal, onde um sistema incestuoso não garante que os melhores sejam preferidos em vez de preteridos.

Um livro destinado ao grande público, como é este, é por isso mesmo muito dificil de escrever e que o Autor tem qualidade para o fazer, quando fala do que sabe, é comprovado no excelente capítulo intitulado "O que é e para que serve a Matemática", de certo modo enxertado no texto global; há tempos ouvi uma palestra proferida por uma professora catedrática, com responsabilidades na selecção e financiamento



O sonho da razão cria monstros, lê-se numa gravura de Francisco Goya

de projectos da área científica em Portugal, em que enumerava alguns critérios a usar com esse propósito; um dos critérios exigia da parte de quem se candidatasse ao financiamento que assimalasse em pormenor as aplicações e as implicações do projecto proposto. No final da palestra aconselhei a senhora catedrática a comprar um livrinho, desses barcolecção de bolso, que os há bem feitos, sobre história da Ciência, para ao menos ter uma ideia do assunto. Passou-se em 2007, mas se fosse hoje aconselhava-a a ler o referido capitulozinho.

Mas também por se destinar ao grande público e estar vocacionado a ter uso reprodutivo nas escolas não é aceitável o tom ligeiro e frequentemente contraditório dos outros capítulos do livro de Jorge Buescu; dizer que "enquanto a Dinamarca andou séculos a dar novos mundos ao mundo do conhecimento, Portugal se manteve invisível" dificilmente será ponto assente para muitos e em particular para os dinamarqueses: um capítulo intitulado "Catástrofe pombalina na Educação" inicia-se dizendo que "Em meados do século XVIII, era desolador o ensino e a prática das ciências matemáticas em Portugal" para logo a seguir se dizer que "O momento de viragem no que diz respeito ao ensino universitário associa-se muito justamente, ao Marquês de Pombal [...]. A sua radical reforma da Universidade de Coimbra, realizada em 1772, foi uma obra de grande valor, tendo os estatutos dela resultantes posto a nossa universidade ao nível das demais da Europa da altura": é caso para dizer que no título do capítulo há então algum exagero; deve-se o título do capítulo à mão violentíssima do Marquês de Pombal na perseguição que moveu ao controlo exclusivo do ensino pela Companhia de Jesus, sobretudo no respeitante aos Estudos Menores isto é, pré-universitários, visando a política pombalina romper com o isolamento cultural a que os jesuítas, sem se afectar a si próprios, votavam Portugal, em complacência com os inquisidores dominicanos. Jorge Buescu demora-se pausadamente nos excessos a que levou o desmembramento dos Estudos Menores no século XVIII para explicar a "mediocridade histórica do ensino das ciências em Portugal", mas sobre as reformas liberais de Passos Manuel, instituindo a obrigatoriedade do ensino primário e criando os liceus de Portugal. ou sobre a obra da Primeira República em matéria de instrução, que segundo Newton de Macedo bastaria só por si para justificar a mudança de regime, nem uma só palavra é dita; em 1910, a taxa de analfabetismo em Portugal era de 75 por cento e como recorda Jorge Buescu, hoje "é

ainda de uns arrepiantes 9 por cento" contrastando com taxas inferiores a 1 por cento, há 100 anos atrás, em Inglaterra, na Alemanha ou na Suécia; mas as sementes do combate ao analfabetismo em Portugal e o lançamento de uma política de instrução elementar com bases cientificas deves-se antes de mais à Primeira República e certamente também muito, quer às fulgurantes reformas liberais quer à incipiente democratização do ensino depois do 25 de Abril.

Não poderei deixar de relevar um ou outro ponto deixando para trás incorreccões como a referência ao "polaco Kepler" (p.22) - para que sou mais sensível; referir numa linha o nome de "o notável Álvaro Tomás" (p.40) que floresceu em 1509 (sujeito a tratos de polé no livrinho de bolso de J. Tiago de Oliveira, "O essencial sobre a História das Matemáticas em Portugal", onde é manifesta a confusão de nomes com António Luís) é consolador mas sabe a pouco para aquilo que felizmente já se sabe da sua obra; passar de raspão sobre o nome de José Sebastião e Silva (1914-72) dizendo apenas que "Foi autor de meia centena de trabalhos de investigação e protagonizou também uma modernizadora reforma do ensino da Matemática nos anos 60" é hoje pouco elucidador, numa época em que é fácil e é hábito acumular artigos científicos aos quilos para ganhar financiamentos nos projectos e promoções nos concursos; quando José Sebastião e Silva foi talvez, simplesmente, o major matemático português da sua geração.

Voltando à questão central do ensaio: a que se deverá a "permanente mediocridade histórica do ensino das ciências em Portugal em comparação com os países europeus desenvolvidos" ? A mentalidade científica, o querer conhecer, o querer compreender, o sistemático pôr em dúvida das verdades mais inquestionáveis, sempre constituiu indiscutivelmente uma possível ameaca à intolerância religiosa ou política; para cortar o mal pela raiz velava o Santo Oficio ou a Ditadura, mas o conhecimento continuará sempre a ser subversivo e a estar sob vigilância. O livrinho de Jorge Buescu aponta para a necessidade imperiosa de promover um ensino democratizado e de qualidade em Portugal mas a luta contra o obscurantismo, mesmo se disfarcado de luzes. seja ele de inspiração inquisitorial, fascista ou democrática, tem de continuar: O sonho da razão cria monstros, lê-se numa gravura de Francisco Gova.

Campanha de Natal A25A - Âncora Editora

Aproxima-se o Natal e com ele, apesar da crise, a época dos presentes. Porque o livro é uma boa solução, querendo ajudar a enfrentar a crise sem deixar de cumprir a tradição, oferecemos, com a colaboração da Âncora Editora, uma oportunidade diferente:

Poderá adquirir os livros que indicamos, recebê-los em sua casa sem mais encargos, com um desconto sobre o preco de capa de 15% ou 10% (para os publicados há menos de 18 meses*).

Para o efeito, faca o seu pedido à A25A por e-mail (a25a.sec@25abril.org), telefone (213 241 420) ou correjo (Rua da Misericórdia, n.º 95, 1200-271 Lisboa). Não se esqueça de indicar a morada para onde quer que o(s) livro(s) seia(m) enviado(s).

De seguida, faca o pré-pagamento, atrayés de cheque, enviado para a A25A, ou transferência bancária (001000003576142000109), devendo, neste caso, enviar um e-mail com a informação sobre os dados da transferência. O(s) livro(s) ser-lhe-á(ão) imediatamente enviado(s). Se preferir, poderá adquirir, nas mesmas condições, os livros na sede da A25A.

A Revolta de Beia * José Hipólito Santos PVP: 18.00 € Promoção: 16,20 €



Do Interior da Revolução PVP: 27.00 € Promoção: 22.95 €

da Revolução

Memórias: Um Combate pela Liberdade I Volume PVP: 24.00 € / Promoção: 20.40 € II Volume PVP: 23.00 € / Promoção: 19.55 € III Volume * PVP: 20,00 € / Promoção: 18,00 €

Memórias



Palma Inácio e o Golpe dos Generais (1947) * PVP: 15.00 € Promoção: 13.50 €





Salgueiro Maia: Fotobiografia PVP: 24.00 € Promoção: 20.40 €



Felizmente Houve a LUAR * PVP: 19.00 € Promoção: 17.10 €



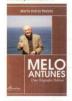
O Acaso e a História Vivências de um Militar PVP- 18 50 € Promoção: 15,73 €



Salgueiro Maia: Um Homem da Liberdade PVP: 14.00 € Promoção: 11 90 6



Melo Antunes: Uma Biografia Política* PVP: 29.00 € Promoção: 26,10 €



Palma Inácio e o Desvio do Avião (1961) * PVP- 17 00 € Promoção: 15,30 €



Vice-Rei do Norte: Memórias e Revelações PVP: 25,00 € Promoção: 21,25 €



)S DIAS SEGUINTES DINAMIZACÃO CULTURAL



Foto: José e Álvaro Tavares

Franco Charais

COM UM POVO MANTIDO durante dezenas de anos no obscurantismo e que ansiava pela liberdade parecía ser uma obrigação do Governo Provisório e dos novos partidos oplíticos dar a conhecer a toda a população do país e esclarecê-la sobre o conteúdo do Programa do MFA. Passados mais de seis meses porque nada era feito, vai ser cometida à 5.º Divisão do CEMGFA a missão de estudar e executar tarefas de informação e esclarecimento sobre o Programa do MFA, que deveriam estender-se a todo o território. E dada a maciça adesão de civis e militares não lhe faltariam meios humanos para o cumprimento daquelas tarefas.

Em 25 de Outubro a 5.º Divisão apresenta o seu Programa de Dinamização Cultural e Esclarecimento Político, naturalmente aprovado pelo CEMGFA, que obedecia a duas linhas mestras:

- coordenar e apoiar todas as associações culturais de modo a ser possível estabelecer uma rede cultural em todo o território e
- actuar politicamente com a presença de militares junto das populações para as esclarecer sobre as razões que levaram ao seu obscurantismo e esclarecimento sobre o conteúdo do Programa do MFA, procurando criar condições para uma ampla participação do povo na vida nacional.

Nas regiões eram criadas comissões dina mizadoras que integrariam militares do MFA, representantes das diversas organizações culturais e de organismos do Estado. Outras comissões, incluindo militares das unidades locais, eram criadas a nível distrital. A estrutura seria apoiada pelo Governo Provisório e pela transmissão de programas do MFA na Emissora Nacional, no Rádio Clube Portugués e na televisão. Naturalmente que tendo em atenção a estrutura das populações, a Dinamização Cultural vai dirigir-se, prioritariamente, às populações do interior e do centro e norte do país.

Junto do CEMGFA conseguimos a cedência das instalações do Instituto de Defesa Nacional (IDN), na altura paralisado nos seus objectivos, para o trabalho da Comissão Coordenadora e da 5.º Divisão, o qual dispunha de um auditório ideal para reuniões alargadas de militares e civis e onde passaram a ser realizadas as Assembleias do MFA. E nós vamos voar entre as tarefas do Conselho dos 20, como estudo e aprovação de leis civis e militares, conselho do Presidente da República, contactos com os ministros militares do Governo Provisório, contactos com as mais importantes personalidades técnicas e políticas e esclarecimento dos indefectíveis militares apoiantes do Programa do MFA. Nós, efectivamente, éramos os homens sem sono.

Pelo Instituto de Sociologia Militar, nome pelo qual passou a ser conhecido o IDN. passaram inúmeras personalidades nacionais e estrangeiras desejosas de informações sobre o que se passava em Portugal, Recordo termos recebido um brasileiro exilado, Paulo Freire, que nos contou por que tinha sido expulso do Brasil. Autor de um programa que permitiria a alfabetização, no período de um mês, de largas massas de população foi encarregado pelo Ministério da Educação do seu país para desenvolver um programa para a alfabetização de milhão e meio de camponeses do nordeste brasileiro. O programa recorria a palavras alvo previamente estudadas para aquela região e que se dirigiam aos maiores anseios das populações e a meios materiais, como máquinas de projecção, permitindo que o mesmo fosse desenvolvido

simultaneamente por um grande número de monitores. Mas como menos de um ano depois estavam previstas eleições, o poder apercebeu-se que poderia haver mais de um milhão de votantes não no seu partido mas em partidos de esquerda. O programa é suspenso, todas as máquinas são destruídas com boatos de que continham o diabo no seu interior e Paulo Freire é preso e posteriormente exilado.

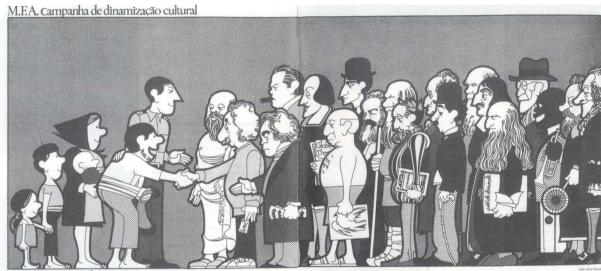
E a Comissão Coordenadora aproveitou esta experiência para tentar acelerar a alfabetização dos nossos 30 por cento de analfabetos. O professor Lindley Sintra, acompanhado de algumas professoras da Faculdade de Letras de Lisboa, aceitou o convite para reunir connosco e o desafio da realização de um estudo inspirado no método de Paulo Freire adaptado às necessidades do nosso país. O MFA mobilizaria militares que reforçariam, se necessário, os professores das diversas escolas do país. Os acontecimentos que se vão seguir não me permitiram acompanhar de perto os resultados desta reunião.

Numa outra sessão de trabalho reunimos representantes das estruturas de cultura e desportos das Câmaras Municipais de Lisboa e Oeiras. Dificuldades no pagamento da factura de energia, discutiam-se, a nível do governo, restrições na circulação de automóveis nos fins-de-semana. Para reduzir os longos trajectos e engarrafamentos dos fins-de-semana, estudava-se um projecto de utilização do complexo desportivo do Estádio Nacional para plena utilização, durante um dia inteiro, pelos munícipes dos concelhos limítrofes que seriam atraídos por grandes espectáculos ao ar livre de concertos de música, óperas e bailados, etc. Os próprios artistas passariam também o dia na área do Estádio Nacional e, de acordo com o programa e horário previamente determinados, deslocar-se-iam para









muito prazer em conhecer vocelências

das estruturas municipais ou não acreditaram no projecto ou foram incapazes de o imple-

mentar. Perderam a oportunidade de serem

estádios de futebol.

A Dinamização Cultural vai criar problemas dentro do Governo Provisório e ameacas de demissões de ministros. O ministro da Educação e Cultura dizia que a educação e dinamização cultural era com o seu ministério e que o MFA estava a interferir nas suas competências. Mas maior número possível de votos no mais curto o problema era que o seu ministério, sobre dinamização cultural, pouco ou nada fazia e, como em outros ministérios, perdia tempo em discutir sobre quais seriam as competências de um Governo Provisório. Mas o país respirava com tantas hesitações.

os locais dos seus concertos. Os representantes Mas os problemas não se ficavam por aqui. Com a Dinamização Cultural o MFA vai aumentar o número de inimigos. A juntar ao nosso inimigo principal que sabe que muito precursores dos grandes espectáculos que hoje irá perder com estas campanhas vai somar-se em dia tem lugar ao ar livre, muitos deles em a incompreensão dos partidos que lutavam pela posse do novo poder político e, incompreensivelmente, de alguns sectores da Igreja Católica, Para alguns dos seus dirigentes políticos pouco importava a cultura do povo. interessava-lhes mais, para as tarefas que se aproximavam, as eleições, arrebanharem o prazo de tempo.

Mas para os elementos da Comissão Coordenadora a maior preocupação eram as divisões que o nosso principal inimigo e os partidos políticos tentavam provocar entre os militares revolução por todos os poros e as populações do MFA. E sabendo haver militares identificados tinham necessidades que se não compadeciam com as últimas e amargas palavras públicas do general Spínola, proferidas no seu acto de

renúncia, começámos a prestar atenção às pressões que os partidos faziam para recrutar, para os seus interesses particulares, militares que, em seu entender, teriam mais força - ou mais visibilidade dentro do principal núcleo do MFA. Dagui a necessidade de organização das estruturas do MFA e. em 15 de Novembro de 1974, o Conselho dos 20 decide-se pela criação de uma Assembleia de Delegados em cada ramo das FA's e uma Assembleia das Forças Armadas que vai ser conhecida pela Assembleia dos 200, integrando militares do Exército, da Marinha e da Forca Aérea.

Com os Conselhos das Armas e Serviços surgidos de eleições a trabalhar tornava-se mais fácil a escolha dos delegados para aquelas Assembleias. Eu próprio, promovido a coronel em 16 de Setembro de 1974, fui eleito para o Conselho da Arma de Artilharia e pude acompanhar de muito perto a forma como o Conselho cumpria a sua missão. Presidido por um general e tendo na

sua composição representantes de todos os postos até ao posto de tenente, o Conselho foi rigoroso na apreciação de todos os militares de Artilharia. E verifiquei que os representantes dos postos mais baixos eram muito mais exigentes nas suas apreciações do que os representantes dos postos mais elevados. O general conhecia perfeitamente a maioria dos oficiais superiores mas os capitães e subalternos só concordavam com o seu saneamento quando estavam perfeitamente esclarecidos das razões que aconselhavam a tomada de qualquer decisão.

Paralelamente à decisão do Conselho dos 20 era aprovada e publicada a Lei Eleitoral e em 9 de Dezembro e tem início o recenseamento elei-

O MFA dava - e como aliás sempre deu ao longo de todo o processo - claros sinais de que o Programa do MFA iria ser cumprido.

UM HOMEM SÉRIO

CARLOS MATOS GOMES

A MORTE DOS OUE CONHECE-MOS coloca-nos a questão de decidir o que dizer deles. Para mim. daqueles que admiro, como é o caso do Monteiro Valente, a decisão é fácil: digo a ideia que tenho deles. Falo da impressão que me deixaram. A imagem que tenho do Augusto Monteiro Valente comecou a ser construída em outubro de 1963, quando entrámos para a Academia Militar, na Amadora, A imagem dele surge-me associada à do Diamantino Gertrudes da Silva, a de um camarada mais velho, de alguém que levava a vida a sério. para quem a Academia, os valores militares, a disciplina, o estudo, o presente e o futuro eram assuntos sérios, muito sérios. O Monteiro Valente não viera para a Academia para viver uma aventura, viera por razões ponderosas de se realizar. de ter um futuro, de desempenhar com responsabilidade o seu papel na instituição militar e de servir o seu país. A seriedade com se dedicava a preparar-se para ser oficial levou os que, como eu, éramos bastante mais superficiais, a tratarem-no por general desde cadete. Adivinhámos, até no modo quase maiestático como andava, como movimentava o corpo, como falava. como se fardava, que o seria e ele queria sê-lo. Era um homem de

missão, de levar as coisas até ao fim. Um militar que entendia a disciplina e a exigência a comecar por si. Um patriota que queria um país fundado em sãos princípios de honestidade, de justica, Também um homem de cultura, porque é o saber que explica como chegámos ao presente e nos indica o caminho do futuro. A imagem que tenho do Valente é a de alguém muito atento a ouvir porque entendia que o outro, o que o outro era, o que o outro sabia, também fazia parte dele e ele fazia parte de um todo que se movia, de um povo, de uma nação, de um mundo de onde ninguém podia sair. A seriedade do Valente, que tornou eticamente imperativa a sua participação no 25 de Abril de 1974, como de tantos dos jovens militares da sua geração. levou-o nos tempos mais recentes a assumir a convicção que lhe cabiam insuportáveis responsabilidades pela degeneração coletiva das suas e das nossas esperanças num país melhor. A sua inteireza de caráter fê-lo culpar-se por males de que não era responsável e sofrer por eles uma dor interior que disfarcava com um sorriso. É desse sorriso triste de alguém que me acolhia em Coimbra e que se vai afastando com o passo grave de um homem em quem podemos confiar, a minha última imagem do Monteiro Valente...





CONTINUAREMOS A LUTAR

VASCO LOURENCO

É COM ENORME dificuldade e major angústia que estou a alinhar umas simples palavras, sobre o Augusto José Monteiro Valente.

Ainda não recuperei do enorme soco no estômago que levei, quando a Natércia Coimbra me telefonou a dizer que o nosso amigo Monteiro Valente falecerá há menos de meia hora.

Custou-me acreditar. Estivera com ele, pela última vez, na inauguração do magnífico monumento ao 25 de Abril que um grupo de almeidenses (penso que é assim que se diz), liderados pelo grande Carlos Esperança, decidiram erigir em Almeida.

Recebera, no dia anterior, um e-mail seu a enviar-me alguns dados sobre essa inauguração, para publicar no nosso "Referencial".

Como era possível, então essa situação?

Pois é, quiseram os deuses e quis o próprio Monteiro Valente que assim acontecesse.

E assim partiu, fisicamente, um dos principais militares de Abril, sempre coerente, desde a primeira à última hora, com os ideais que nos lancaram. há quase quarenta anos, numa aventura colectiva que mudou radicalmente. para melhor, a vida dos portugueses e ficou na História do nosso Portugal e, também, na História universal.

Mas, para mim, partiu também um grande amigo, com quem partilhava uma profunda amizade, alicerçada no respeito mútuo e numa convivência feita de muitos momentos extremamente ricos, mesmo que às vezes bem dificeis de ultrapassar.

Nas últimas conversas que tivemos, discutimos muito a actual situação do nosso país, onde o nosso povo volta a sentir enormes dificuldades. porque lhe estão a roubar as conquistas que Abril lhe trouxe, porque estão a destruir o sonho lindo que acalentámos, todos em conjunto, há trinta e oito anos.

Dissemos então, um ao outro, que por muito que estivéssemos a desiludir-nos, por muito que nos angustiasse a situação que vivíamos e o futuro que se vislumbrava, não nos arrependíamos do que tínhamos protagonizado, na gesta que nos levou a lançar e a envolver-nos na Revolução dos Cra-

Continuávamos a considerar que tinha valido a pena, tendo que fazer esforços para não desistirmos, para continuar a luta, contra os novos tiranos que guerem destruir o 25 de Abril e voltar a impor aos portugueses um regime sem liberdades, numa sociedade de submissos e não de ci-

Pois bem, caro amigo Monteiro Valente, partiste, deixaste-nos menos fortes, mas com a tua presença espiritual, continuaremos a lutar contra os tiranos, por mais camuflados que se apresentem!

A tua memória, assim como a de outros companheiros que te antecederam na partida para o Oriente Eterno, assim no-lo impõe.

Esperamos continuar a ser capazes nessa luta, em defesa dos valores de

Um grande, enorme abraço e... até um dia...

AUGUSTO JOSÉ MONTEIRO VALENTE

Companheiros de Abril mesmo para além da morte

GERTRUDES DA SILVA

DE POUCO ME VALEU o aviso prévio do Aprigio quando começou por me dizer que ia darme uma muito, muito triste noticia. Ela rebentou na mesma como uma bomba nos meus incrédulos ouvidos.

- O quê? Foi o que se me escapou.
- É verdade ...

O resto do diálogo já não interessa aqui para os meus propósitos.

No dia seguinte, logo pela manhā, volta a tocar o telemóvel e, do lado de lá, ouve-se alguém a chorar convulsamente, sem outra coisa conseguir articular para além dum lamento muitas vezes repetido, «O Diamantino! O Diamantino!..», que a custo deu para perceber que era a voz da Maria Alice, a anunciar-me o que eu, desgraçadamente, já sabia: «O Augusto José morreu.»

Pronunciada a frase fatal, despedimo-nos com um beijo, pois nem ela estava capaz acrescentar mais nada, nem eu me esforcei, sequer, por encontrar palavras apropriadas a tão trágica ocasião.

Agora, e aqui, nesta minha singular homenagem, não irei enveredar por discursos de circunstância, a que não dou valor nenhum. E direi, isso sim, que o Valente, com tudo o que neste momento pode ser ponderado, era um homem com as suas virtudes, que no caso dele eram realmente muitas, e com naturais limitações e problemas, como todos e qualquer um de nós.

Dito isto, e particularmente para mim, ele era e vai continuar a ser – um amigo e camarada muito especial. Somos do mesmo Curso de Infantaria da Academia Militar. Eu era o número um, ele o número dois. E nunca fomos rivais. Amigos, sim. Se calhar, também, por termos origens de certo modo idênticas. Humildes, pois. Ele sonhou legitimamente um dia ser oficial general, e foi. Eu não acalentei esse sonho, e não fui.

É que este meu amigo e camarada foi sempre muito firme nas suas convicções, e excepcionalmente determinado em tudo o que se meteu. Teimoso, por vezes, até. E valente, Não só de nome, como ficou bem patente, e só para dar um exemplo, quando na madrugada do 25 de Abril, praticamente sozinho, tomou conta da sua Unidade, neutralizou e destituiu o comandante e o 2.º comandante que se recusaram aderir ao Movimento e, com o Quartel já nas suas mãos, entregou a sua guarda a um capitão amigo e ele próprio fez questão de reunir e comandar as tropas para cumprir a parte talvez ainda mais fundamental da sua missão, que era a de assumir o controlo militar da fronteira de Vilar Formoso

E foi valente, tenho a certeza, até na própria morte, quando, fiel aos princípios a que deu guarida, teria morrido, mesmo que, para muita mágoa nossa, conforme a sua vontade.

Fomos companheiros de uma epopeia de que muito nos orgulhamos. Nem sempre ombro a ombro; mas, e disso tenho a certeza, sempre do mesmo lado da trincheira. Com o serenar dos anos fomo-nos sentindo cada vez mais próximos, caminhando agora quase de mãos dadas, passo mais lento e olhar tristonho, é certo, a ver a Revolução de Abril a escapar-se cada vez mais das mãos do povo, a quem, como prometemos, entregámos a sua condução numo a um futuro que sonhávamos risonho.

Outras formas haverá de eternidade. Mas há uma que, de entre todas, tenho como a mais verdadeira: a da memóñia; a do rasto que neste mundo deixamos no decurso das nossas efémeras vidas. E a memóñia do Monteiro Valente, estou certo, é daquelas que, como poucas, irá ficar indelevelmente gravada na dura rocha do tempo.

Adeus, grande companheiro e amigo! A gente vai-se falando. E podes estar descançado, que o 25 de Abril continuará uma linda promessa que não morrerá jamais.





Homenagem póstuma em Coimbra

Por ocasião das comemorações do 5 de Outubro em Coimbra, promovidas pelo Movimento Republicano foi prestada uma homenagem póstuma ao major-general Augusto José Monteiro Valente. Na ocasião, e em representação expressa da A25A, Carlos Esperança proferiu o seguinte discurso

Em nome do Movimento Republicano 5 de Outubro (MR5O) de Coimbra e em nome da Associação 25 de Abril, por solicitação expressa do seu presidente. Vasco Lourenço, e aqui representada pelos cidadãos Luís Curado e Amadeu Carvalho Homem, respetivamente vice-presidente da Direção e presidente da Assembleia-Geral da Delegação Centro, integrada nas Comemorações do 5 de Outubro. vai prestar-se homenagem ao major-general Augusto Iosé Monteiro Valente.

Aos 68 anos, ao fim da tarde do dia 3 de Setembro, enquanto o país ardia, o general Monteiro Valente deixou-nos. Partiu mais um capitão de Abril, um militar que amou a Pátria e honrou a farda, um cidadão que arriscou a vida para que Portugal tivesse uma democracia.

Fez na Guiné uma comissão onde o PAIGC já dominava o terreno e tinha superioridade militar. Partiu sem três dos quatro alferes, que desertaram antes do embarque. O último desertou depois. Aguentou, com os furriéis e os soldados, o isolamento quebrado pelos reabastecimentos lançados a grande altura de aviões que evitavam o derrube pela artilharia inimiga. Os mantimentos e municões nem sempre acertavam no alvo, que era o aquartelamento, Portou-se com bravura e percebeu aí que aquela guerra injusta já não tinha saída militar. Adquiriu a sua consciência política, com mortos para chorar, feridos para evacuar e vivos para confortar.

Foi dos mais brilhantes militares portugueses e dos mais empenhados no 25 de Abril, Transferido de Lamego, na sequência do 16 de Março, com o regime receoso do seu prestígio e determinação, conseguiu sublevar o Regimento da Guarda (RI 12), onde acabara de chegar, prender o comandante, e marchar para Vilar Formoso a desarmar a Pide e controlar a fronteira ao serviço do Movimento das Forças Armadas enquanto, do outro lado, a polícia, nervosa, temia uma última loucura do genocida Francisco Franco a quem tanto agradaria fazer abortar a Revolução Portuguesa que, em breve, exportaria a democracia para lá da fronteira. Fez parte do punhado de heróis que restituíram a Portugal a dignidade e aos portugueses a liberdade.

Nunca mais deixou de estar na trincheira dos que acima da vida puseram a defesa da democracia. Licenciou-se em História, graduou-se em Estudos Europeus, foi o primeiro oficial-general a comandar a Brigada Territorial 5, em Coimbra, e terminou a carreira militar como 2.º comandante-geral da GNR em 2003, porque o ministro da Defesa. Paulo Portas, sempre viu nos heróis de Abril os implicados numa sublevação.

Aliou a intervenção cívica permanente ao contínuo aperfeiçoamento do saber, com um extremo respeito pela Constituição e pelo sufrágio popular. Era investigador associado do Centro 25 de Abril e do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra, Foi um excelso militar e um ilustre académico.

Foi membro da Comissão Cívica de Coimbra para as comemorações do Centenário da República e da actual comissão para defesa do feriado da data fundadora do regime. Era o presidente da Delegação Centro da Associação 25 de Abril onde, durante quatro anos



ID-Intervenção Democrática, 25.º aniversário, almoco comemorativo, 23-06-2012; presidente da Câmara Municipal de Lisboa, inauguração da exposição e lançamento do livro «Lisboa Amarga e Doce 1975-2010» de Eduardo Gageiro, 10-09-2012; Associação de Praças e o Clube de Praças da Armada, Cerimónia Comemorativa do 76º Aniversário «A Revolta dos Marinheiros de 8 de Setembro de 1936» - "Dia Nacional de Pracas das Forcas Armadas. 08-09-2012; Associação Cívica e Cultural 31 de Janeiro, Comemorações 5 de Outubro Porto, 05-10-2012; embaixador da Venezuela, comemorações do 201.º Aniversário 5 de Julho de 1811. 05-07-2012: Câmara Municipal de Lisboa, a EGEAC e EEM, inauguração da exposição «Álbum de Memórias Índia Portuguesa, 1954-1962», 29-09-2012; União dos Sindicatos de Setúbal/CGTP-IN, 9.º Congresso, 21-09-2012; Galeria 102, Inauguração da exposição pintura de Johannes Mol - Farinha Eugénio e WillY Bya - «Viagens da Vida», 01-10-2012; Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Direcção Central da Liga dos Combatentes e o Núcleo de Oeiras e Cascais da Liga dos Combatentes, 8.º ciclo de tertúlias «Fim do Império», 16-10-2012/19-02-2013; Conselho Português para a Paz e Cooperação, XXIII Assembleia da Paz, 20-10-2012: Confederação Nacional dos Reformados, Pensionistas e Idosos - MURPI, 7.º Congresso, 20-10-2012; Comissão Vitivinícola Regional Alentejana, «Vinhos do Alentejo em Lisboa», 12-10-2012; presidente da Câmara Municipal de Almada, inauguração da exposição, «Chão de Memórias» 11-10-2012, presidente da Câmara Municipal de Almada e o director do Teatro Nacional de Almada, assistir à peça «O Mercador de Veneza» 20-10-2012; Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 5.º Aniversário do Museu Neo-realismo, 20-10-2012; Academia de Santo Amaro, Tributo a Adriano. 16-10-2012; Café Lusitano, Maria João Pereira e Paulo Matos, apresentação do livro «O Povo no Imaginário Nemesiano» de Paulo Matos, 12-102012; Associação Não Apaguem a memória, «A Festa da República», 4 -10-2012. Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro, Edições Colibri, Câmara Municipal de Torres Vedras e o autor Manuel Martins Ponciano, apresentação do livro «Ser Professor - uma construção biográfica», 11-10-2012, Museu da Presidência da República, 8.º Aniversário do Museu, 05-10-2012; Câmara Municipal de Lisboa, apresentação pública da emissão filatélica pelo Centenário 1.º Salão Humoristas Portugueses. 16-10-2012; Âncora Editora e as Edições Colibri, lançamento do livro «O Xadrez sem mestre» de Carlos Loures, 16-10-2012; Biblioteca Museu República e Resistência, Conferência «Jornalismo Gráfico e censura no Estado Novo - um aproximação ao problema a partir do jornal humorístico «Os Ridículos» (1933-1945) por Álvaro Costa de Matos, 20-09-2012: Museu do Neo-Realismo Vila Franca de Xira, inauguração da exposição de «Jorge Amado e o Neo-realismo Português», 20-10-2012; MDM, exibição do filme «Transe», 18-10-2012; Hemeroteca Municipal de Lisboa, exibição do documentário «Passeando à volta do Chiado», 17-10-2012: Livraria Bertrand DV Monumental, debate sobre o livro «A Viagem do Tongomau» de Mário Beja Santos, 16-10-2012; Conselho Português para a Paz e Cooperação, Conferência «O reforço do Movimento da Paz em tempo de crise», 20-10-2012; Museu do Combatente, inauguração da exposição «BD ao Forte», 13-10-2012; presidente da Câmara Municipal da Amadora, antestreia do 23.º Amadora BD 2012, 18-10-2012; Sociedade Portuguesa de Matemática e a Fundação Mário Soares, colóquio «Os 70 anos dos Conceitos Fundamentais da Matemática» de Bento de Jesus Caraça, 25-10-2012.



Vamos aprender Bridge! (90)

No artigo anterior apresentámos as condições a que devem obedecer as mãos para que justifiquem uma abertura em 2• FP

É óbvio que será tão importante conhecer as condições para as abeturas como dominar os adequados desenvolvimentos dos leilões que permitirão chegar a correctos contratos finais. É o que nos propomos analisar para que o tema 62 e FP seja desenvolvido numa globalidade coerente.

1. CONVENÇÕES

1.7 - AS ABERTURAS EM 2• FP 1.7.2 - RESPOSTAS ÀS ABERTURAS

Dado corresponderem as aberturas em 24 FP a mãos muito fortes é lógico que as várias soluções encontradas para a resposta do parceiro do abridor tenham como prioridade a indicação dos Ases (quantos e quais) existentes na mão do respondente.

Uma das soluções encontradas, quiçá a mais utilizada nas respostas às aberturas em 2• FP é a seguinte:

Sem nenhum Ás e com menos de 9PH

2 ♦ Com o Ås de ♥ ou com o As de ♦
2 ST Sem nenhum As mas
com 2 Reis ou 8 ou + PH

não tem A (Ás restante)

Esta solução para a resposta não é mais do que uma ligeira adaptação da conhecida sequência identificada como CESAR, mnemónica que muito facilita a memorização da convencão:

Cor Espécie Salteados Ás

As Restante

1.7.3. O REBIDE DO ABRIDOR Representando a abertura em 2º FP mãos com força para, por si só, jogar partida, muitas serão

força para, por si só, jogar partida, muitas serão as situações em que logo após a resposta do parceiro, o abridor dispõe de elementos para decidir sobre o contrato final.

A situação referida corresponde particularmente a aberturas feitas com mãos pronunciadamente unicolores em que o abridor sabe, após a resposta do parceiro, que vai perder, pelo menos, as vasas correspondentes aos Ases em falta na mão.

Neste caso específico o abridor deve abreviar o leilão marcando o contrato final (fast arrival) e retirando ao parceiro qualquer veleidade sobre a eventual existência de um outro contrato a nível superior. Estas marcações, feitas em salto para a partida ou para o chelem; devem ser entendidas como paragem obrigatória do leilão, ficando o respondente absolutamente proibido de voltar a falar.

Aqui deixamos exemplos de mãos que justificam

A 5 A 2 2 P P D D V 3 O abridor sabe que faltam 2 Asses pelo que c chelem está for a de causa for a de causa por a de causa po

A A A 3 R D 10 9 3 8 6 5 3

Com um naipe perfeitamente independente (*) e sabendo que falta 1 As é melhor abreviar a

marcação final.

69

É obvio que as mãos que justificam este tipo de leilões (tipo "fast arrival") não são muito frequentes

Ó mais habitual é a resposta do parceiro, conjugada com o teor da mão do abridor, não permitir a este jogador decidir imediata e convenientemente sobre o contrato final.

Nesses casos o leilão deverá continuar com a descrição das mãos e obedecendo o leilão, com não podia deixar de ser, a uma serie de regrasprincipios que normalizarão as indicações sobre distribuições existentes e que em muito contribuirão para atingir o contrato ideal.

REGRA:

Qualquer naipe anunciado pelo abridor, na sua 2ª voz, deverá ter um mínimo de 5 cartas, bem assim como o primeiro naipe anunciado pelo respondente.

O cumprimento desta regra poderá ter como con-

sequência que o abridor em 24 FP tenha que rebidar com ST com mãos do tipo: 4-4-4-1

REGRA:

Dada a abertura em 24 FP ser forcing à partida o abridor deverá efectuar a descrição da mão sem saltos nas marcações

Não há necessidade de dar saltos para anunciar mãos particularmente muito fortes visto que, mesmo com jogos muito fracos (mãos brancas) o parceiro não poderá passar antes de ser atingido a nivel da partida.



Com qualquer destas mãos, ainda que substantivamente diferentes, o leilão deverá ser:

2♦ - 2♥ 2♠

Até ao próximo número.



CONVOCATÓRIA

Nos termos dos Estatutos e do Regulamento Interno, convoco a Assembleia-geral da Associação 25 de Abril para se reunir em sessão extraordinária na sua sede social sita na Rua da Misericórdia, 95, em Lisboa, no dia 15 de Dezembro de 2012, pelas 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

- OLeitura e aprovação da acta n.º 44, referente à Assembleia-geral realizada no dia 24 de Março de 2012.
- Ratificação de admissão de sócios e apoiantes.
- Informações Diversas
- O Apreciação da actualidade da A25A. Contributos para uma acção futura. Comemorações do 39º e 40º aniversários do 25 de Abril

Caso à hora marcada não estejam presentes a maioria dos sócios, a Assembleia terá o seu início e funcionará com qualquer número de associados 30 minutos depois, nos termos do n.º 3, art.º 35.º do Regulamento Interno.

Sede da Associação 25 de Abril, em Lisboa, 2 de Dezembro de 2012

O Presidente da Mesa da Assembleia-geral

Amadeu Garcia dos Santos